

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

CÂMPUS DE MARÍLIA

SAMUEL CARDOSO DA SILVA

**A ENTRADA DA CHINA NA OMC E OS REGIMES ALIMENTARES
INTERNACIONAIS: DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA AO COMPLEXO SOJA-CARNE**

MARÍLIA

2025

SAMUEL CARDOSO DA SILVA

**A ENTRADA DA CHINA NA OMC E OS REGIMES ALIMENTARES
INTERNACIONAIS: DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA AO COMPLEXO SOJA-CARNE**

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de Monografia apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP (Campus de Marília), para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida.

Marília

2025

S586e

Silva, Samuel Cardoso da

A entrada da China na OMC e os regimes alimentares internacionais : da revolução agrária ao complexo soja-carne / Samuel Cardoso da Silva. --

Marília, 2025

89 p. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Rafael Salatini de Almeida

1. China. 2. Revolução agrária. 3. Organização Internacional do Comércio. 4. Regime alimentar internacional. 5. Complexo soja-carne. I. Título.

SAMUEL CARDOSO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso no modelo de Monografia para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP (Campus de Marília)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida (UNESP – Marília)

1ª Examinadora: Dnda. Gabrielle Custódio Carinheno (Unesp-Marília)

2ª Examinadora: Dnda. Nicole Fassio Mahlow Carinheno (Unesp-Marília)

Marília, 9 de dezembro de 2024

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Nilson Cesar e Lucélia Cardoso, e também à minha irmã, Ana Beatriz Cardoso, eu escrevo esta dedicatória.

Pai e mãe, sei que vocês sonharam com este momento tanto quanto eu. Estou terminando a minha graduação com aquela sensação de dever cumprido e apenas nós sabemos que corremos muito para chegar até aqui.

Apreendi com vocês que as diferenças são partes da vida, mas me ensinaram a me diferenciar dos demais, com a minha força de vontade, mostraram-se que, se eu quisesse algo, lutariam com unhas e dentes junto comigo porque somos uma família.

Escrevo essa dedicatória para vocês com lágrimas nos olhos, sabendo que passei e tenho passado muito tempo longe de casa, mas quero que saibam que todos os dias eu me pego pensando que vocês estão envelhecendo e eu estou distante. Mas, infelizmente, essa é uma parte da vida adulta.

Muito obrigado por apoiarem o meu sonho de estudar em uma universidade pública, por se preocuparem com cada detalhe da minha vida.

Ana, como seu irmão mais velho, quero sempre protegê-la do mundo e vou continuar apoiando-a em tudo que quiser.

Quando saí de casa para vir morar em Marília, sempre me assustava quando voltava e via você mais adolescente, mais jovem, mais mulher. Mas, ao mesmo tempo, era nítido o quando você tinha amadurecido e isso me deixava em paz. Quero que saiba que tenho muito orgulho de você.

Amo muito vocês!

Marília, SP, Brasil,

15 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, sou muito grato a Deus, por ter chegado até aqui, por estar finalizando a minha graduação. Tive o apoio de muitas pessoas ao longo da minha trajetória escolar e acadêmica, e cada uma delas me incentivou ou me desafiou de alguma forma.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Salatini, por toda paciência e dedicação na construção deste trabalho. O senhor me atendeu em momentos improváveis, em meio à rotina corrida do meu trabalho. A sua disposição e paciência me trouxeram até este momento.

Aproveito o espaço para agradecer também àqueles que estiveram ao meu lado ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, que tiveram paciência comigo, fizeram-me rir, distraíram-se, aconselharam-me ou me indicaram materiais.

RESUMO: O presente trabalho busca entender as relações de comércio agrícola internacional entre Brasil e China, buscando compreender como a balança comercial brasileira pode ser afetada de forma significativa por meio de prerrogativas nutricionais do país asiático, uma vez que a relação estabelecida é de equilíbrio desigual. O estudo aborda as transformações estruturais na agricultura chinesa, como a modernização tecnológica e as políticas de abertura econômica, alinhando essas mudanças ao contexto das revoluções agrárias globais. Utilizando uma abordagem histórico-econômica, em um primeiro momento, e depois uma abordagem comparativa-relacional, ambas se amparando em análises de fontes primárias e secundárias, compreendendo um recorte temporal entre 2001 e 2023. A pesquisa identifica como a adesão da China à OMC em 2001 acelerou sua integração às cadeias globais de valor, consolidando o país como um dos maiores importadores de *commodities* agrícolas. Os resultados evidenciam o equilíbrio desigual entre o agronegócio brasileiro e o mercado chinês, destacando a transição nutricional experimentada pelo território sino e o papel estratégico do complexo soja-carne no regime alimentar corporativo-ambiental. A conclusão aponta que essa relação envolve dinâmicas sociais e ambientais para os dois países e para o comércio internacional; entretanto, afeta sobremaneira os aspectos econômicos brasileiros, atingindo o saldo comercial. Torna-se, portanto, pertinente promover investigações e estudos que conectem as transformações econômicas e sociais internas de uma nação, como a China, às dinâmicas globais, abrangendo o comércio internacional, os regimes alimentares e os impactos ambientais, contribuindo assim para análises interdisciplinares e o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes.

PALAVRAS-CHAVE: China; revolução agrária; Organização Internacional do Comércio; regime alimentar internacional; complexo soja-carne.

ABSTRACT: This study aims to understand international agricultural trade relations between Brazil and China, seeking to understand how the Brazilian trade balance can be significantly affected by the Asian country's nutritional prerogatives, given that the relationship established is one of unequal balance. The study addresses structural changes in Chinese agriculture, such as technological modernization and economic opening policies, aligning these changes with the context of global agrarian revolutions. It uses a historical-economic approach, at first, and then a comparative-relational approach, both based on analysis of primary and secondary sources, covering a period from 2001 to 2023. The research identifies how China's accession to the WTO in 2001 accelerated its integration into global value chains, consolidating the country as one of the largest importers of agricultural commodities. The results show the unequal balance between Brazilian agribusiness and the Chinese market, highlighting the nutritional transition experienced by the Chinese territory and the strategic role of the soybean-meat complex in the corporate-environmental food regime. The conclusion points out that this relationship involves social and environmental dynamics for both countries and for international trade; however, it has a major impact on Brazil's economic aspects, affecting the trade balance. Thus, it is pertinent to promote research and studies that connect the internal economic and social transformations of a nation like China to global dynamics, covering international trade, food regimes and environmental impacts, thus contributing to interdisciplinary analysis and the development of more efficient public policies.

KEYWORDS: China; agrarian revolution; International Trade Organization; international food regime; soy-meat complex.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	9
LISTA DE TABELAS E FIGURAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - AS REFORMAS E REVOLUÇÕES RURAIS NA CHINA	15
1.1 - Contextualização sobre a China	15
1.2 - A Primeira Revolução Agrária: O Governo Revolucionário e as reformas rurais da Era Zedong (1949 - 1978)	16
1.3 - O Período de Grande Fome	19
1.4 - A Segunda Revolução Rural: Novas reformas estruturais no setor agrícola (1979 - 2019)	25
1.4.1 - As etapas da reforma agrícola estrutural chinesa	26
2 - O INGRESSO DA CHINA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC), OS REGIMES ALIMENTARES INTERNACIONAIS E AS RELAÇÕES COMERCIAIS AGRÍCOLAS COM O BRASIL	35
2.1 - Os desafios para incorporação da China no comércio internacional	35
2.2 - A China e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)	38
2.3 - Os impactos do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)	40
2.4 - As relações comerciais agrícolas Brasil e China	44
2.4.1 - Os Regimes Alimentares Internacionais no contexto Brasil-China	45

2.5 - Os principais produtos agrícolas comercializados entre Brasil e China	48
3 - O COMPLEXO SOJA-CARNE ENTRE BRASIL E CHINA	55
3.1 - As dietas de classe, a reestruturação das indústrias de carne e rações e os desafios da Política Alimentar Chinesa	55
3.2 - O boom das commodities, a expansão produtiva, de área plantada e exportações de soja, e a especulação fundiária	62
3.3 - Os investimentos chineses no Agronegócio Brasileiro	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AMF	Acordo Multifibras
ANAPA	Associação Nacional dos Produtores de Alho
ATV	Acordo sobre Têxteis e Vestuário
CGG	Chongqing Grain Group
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DHEs	Dragon Head Enterprises (ou Empresas Cabeça de Dragão)
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade (ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
GMD	Guomindang (ou Partido Nacionalista Chinês)
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCC	Partido Comunista Chinês
PGPM	Política de Garantia de Preço Mínimos
SOEs	State-Owned Enterprises (ou Empresas Estatais)
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TRIPS	Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
TVE	Township and Village Enterprise
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USDA Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

ZEEs Zonas Econômicas Especiais

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 - Diferenças entre o Sistema de Cooperativa e o de Comuna	18
Tabela 2 - Indicadores Demográficos da China entre 1955 e 1964	22
Tabela 3 - Produção e Comércio de Grãos (em milhões de toneladas) na China entre 1950 e 1966	23
Figura 1 - Disponibilidade de mão de obra nos centros urbanos e rurais (1979 -2019)	30
Figura 2 - Investimento estrangeiro direto, saída líquida de capital (% do PIB) e Investimento estrangeiro direto, entrada líquida de capital (% do PIB)	37
Figura 3 - Exportação do complexo soja para a China (1997 - 2023)	50
Figura 4 - Exportação de milho para a China (2002 - 2023)	52
Figura 5 - Exportação da carne de frango, bovinos e suínos para a China (1997-2023)	53
Figura 6 - Exportações e Importações feitas com a China (1997 - 2023)	55
Figura 7 - Demonstração da área em hectares da quantidade em toneladas de soja (1976 - 2024)	64
Tabela 4 - Porcentagem (%) da produção de soja por faixa de área (ha) plantada.....	67

INTRODUÇÃO

O avanço econômico e a ascensão da China como uma grande potência internacional destaca-se como o fenômeno mais marcante do capitalismo na era da globalização. O desenvolvimento posto em curso quando o Partido Comunista Chinês (PCC) tomou o poder através da Revolução Socialista (1949-1976), segue deslocando a direção das forças das hegemônicas globais. Nesse cenário, no qual o território sino adquire crescente relevância para a geopolítica mundial, será analisada a relação das revoluções agrárias chinesas e o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), tomando como referencial analítico os regimes alimentares internacionais, para estabelecer os nexos que proporcionaram a geração do complexo soja-carne.

As revoluções agrárias chinesas, com suas transformações nas práticas agrícolas e na estrutura fundiária, passaram a interagir com as dinâmicas globais do comércio internacional, especialmente em relação ao regime de comércio de produtos alimentares, como a soja. A partir de uma análise dos regimes alimentares, será possível compreender como a China construiu uma rede de poder que afeta não apenas a sua produção interna, mas também sua inserção nas cadeias de valor globais, fato que se consolidou após a entrada chinesa na OMC. Além disso, será abordado o impacto das políticas e estratégias do agronegócio brasileiro, com destaque para a sua especialização e expansão da produção, frente à crescente demanda chinesa por soja.

O complexo soja-carne Brasil-China surge nesse contexto a partir do qual os dois países considerados polos comerciais se integram. A China estava enfrentando mudança nos seus hábitos alimentares entre os anos 1980 e 2010 e a dieta de classe da população e assistiu a um aumento do consumo de proteína animal e a reestruturação da produção e da indústria pecuária (principalmente suínos) e de rações, em razão do crescimento da renda per capita, da urbanização e da emergência da nova classe média. O Brasil, em períodos próximos, entre 1970 e 1980 e também entre 2000 e 2010, experimentava a expansão da área plantada, da produção e da quantidade de grãos de soja exportados para suprir a demanda chinesa, passando pelo chamado "*boom das commodities*". Em um momento

oportuno e singular, a principal *commodity* agrícola brasileira adentrou o mercado chinês, trazendo um saldo positivo para a balança comercial brasileira e atração de investimentos, mas, simultaneamente, diversas questões sociais, ambientais e políticas para serem observadas.

A análise metodológica comparativa e relacional é empregada no trabalho é utilizada em textos acadêmicos e científicos para estabelecer relações entre fenômenos, eventos ou variáveis, a fim de identificar semelhanças, diferenças e interconexões. Na abordagem comparativa, são examinados dois ou mais objetos de estudo (como países, políticas públicas ou setores econômicos) para entender contrastes ou padrões, permitindo destacar fatores específicos que influenciam determinados resultados. Já a análise relacional foca em compreender como diferentes elementos ou fatores se interligam e impactam uns aos outros, revelando dinâmicas causais ou associações contextuais. Ambas as abordagens são frequentemente complementares e permitem uma visão mais abrangente e integrada uma vez que, como viável independente, trata-se das prerrogativas nutricionais chinesas que tem como variável dependente a balança comercial brasileira, sendo examinado o impacto dentro do recorte temporal do trabalho, entre 2001 e 2023.

O primeiro capítulo deste trabalho irá tratar acerca das reformas rurais e revoluções agrárias realizadas pela China a partir da segunda metade do século XX, por meio de uma abordagem histórico-econômica e foi dividido em quatro seções.

A primeira seção contextualiza a China no período pré-Revolução Socialista (1911-1949), trazendo o histórico do dilema da fome que remonta a um problema de longa data no país. A segunda seção aborda a Primeira Revolução Agrária, destacando quais foram as medidas tomadas pelo Governo Revolucionário e como isso impactou a economia agrária do país. A terceira seção debate sobre o período conhecido como A Grande Fome (1958-1961) e em como a Primeira Revolução Agrária impactou diretamente no arranjo produtivo, ocasionando um cenário de fome e morte em massa. A quarta e última seção desenvolvem acerca da Segunda Revolução Rural e das novas bases estruturantes da China, bem como aborda quatro reformas instituídas e das políticas agrárias instauradas.

O segundo capítulo, intermediariamente, irá construir um nexos entre as reformas e revoluções rurais ocorridas na China e a sua entrada na Organização

Mundial do Comércio (OMC), analisando seu processo de abertura econômica e inserção nos regimes alimentares internacionais através das relações comerciais agrícolas com o Brasil. Para que esse exame fosse possível, também foi utilizada uma abordagem histórico-econômica, sendo o capítulo dividido em cinco seções.

A primeira seção versa sobre os desafios enfrentados pela China para que pudesse ser incorporada no comércio internacional por meio da OMC. A segunda seção faz um retrospecto destacando que, antes da entrada do PCC no poder, o país havia ratificado o acordo e comenta a participação da China no GATT como observadora. A terceira seção destaca quais foram os impactos da entrada do país na OMC, tratando de como a organização precisou se reordenar para absorver a China e seguir com seu objetivo de liberalizar o comércio internacional. A quarta seção trata das relações comerciais agrícolas entre Brasil e China, que foram possibilitadas por intermédio da OMC, fazendo aumentar de forma exponencial as trocas econômicas entre os países. A seção final, quinta, especifica quais os principais produtos agrícolas que estão sendo comercializados entre os dois países, uma vez que suas estruturas produtivas e vantagens comparativas são distintas.

O terceiro capítulo servirá para consolidação das informações e conceitos aplicados ao longo do trabalho, por meio de uma análise metodológica comparativa e relacional. Os dados secundários utilizados para a exposição são oriundos de revisão bibliográfica, construindo um nexos com o complexo soja-carne entre Brasil e China. Para tal, com o capítulo dividido em três seções.

A primeira seção aborda a transição alimentar chinesa, detalhando acerca dos processos de dieta de classe, de reestruturação da produção e das indústrias de carne, bem como das indústrias de rações e os desafios da política alimentar chinesa. A segunda seção discorre sobre o chamado "*boom das commodities*", a expansão produtiva, de área plantada e exportações de soja e também sobre a especulação fundiária brasileira. A terceira seção do capítulo trata dos investimentos chineses aportados no agronegócio brasileiro e na estratégia por meio da qual o mesmo se processa.

O panorama geral do trabalho tem como finalidade entender as relações de comércio agrícola internacional entre Brasil e China, buscando compreender como a balança comercial brasileira pode ser afetada de forma significativa por meio de prerrogativas nutricionais do país asiático, uma vez que a relação estabelecida é de

equilíbrio desigual. Portanto, é de suma importância que os setores público-privado estejam atentos às diretrizes político-econômicas chinesas acerca da alimentação da população e que mais estudos sejam desenvolvidos para análise minuciosa do tema.

CAPÍTULO 1 – AS REFORMAS E REVOLUÇÕES RURAIS NA CHINA

O presente capítulo inicial do trabalho irá tratar acerca das reformas rurais e revoluções agrárias realizadas pela China a partir da segunda metade do século XX por meio de uma abordagem histórico-econômica¹ e foi dividido em quatro seções.

A primeira seção contextualiza a China no período pré-Revolução Socialista (1911-1949), trazendo o histórico do dilema da fome que remonta a um problema de longa data no país. A segunda seção aborda a Primeira Revolução Agrária destacando quais foram as medidas tomadas pelo Governo Revolucionário e como isso impactou a economia agrária do país. A terceira seção debate sobre o período conhecido como a Grande Fome (1958-1961) e em como a Primeira Revolução Agrária impactou diretamente no arranjo produtivo, ocasionando um cenário de fome e morte em massa. A quarta e última seção desenvolve acerca da Segunda Revolução Rural e das novas bases estruturantes da China, bem como trata das quatro reformas instituídas e das políticas agrárias instauradas.

1.1 Contextualização sobre a China

O contexto histórico para que, posteriormente, discorra-se sobre as reformas rurais na China, irá tratar de um problema crônico que se arrastou ao longo de muitos séculos, a pobreza no campo. Diversas revoltas e guerras foram travadas a fim de que a fome e a pobreza deixassem de assolar o país, principalmente as regiões rurais. A queda da Dinastia Qing² (1644-1912), antecedida por décadas de conflitos entre camponeses; o fracasso do governo Guomindang³ (1928-1949) ocorrido,

¹ A abordagem histórico-econômica é uma metodologia de análise que busca compreender os processos econômicos à luz de seu contexto histórico. Ela enfatiza a ideia de que a economia não pode ser entendida isoladamente de seu ambiente histórico, social, político e cultural. Essa abordagem investiga como diferentes estruturas econômicas emergem e se transformam ao longo do tempo, influenciadas por fatores como instituições, conflitos políticos, mudanças tecnológicas e relações sociais. A contextualização histórica, integração de múltiplos fatores, rejeição do determinismo econômico, estudo de instituições são características principais desse tipo de abordagem (Polanyi, 1994; Braudel, 1982; North, 1990).

² A queda da Dinastia Qing, a última dinastia imperial da China, foi um processo longo e complexo que envolveu múltiplos fatores internos e externos. A dinastia governou a China de 1644 até 1912, quando o último imperador, Puyi, abdicou formalmente, encerrando mais de dois mil anos de governo imperial. As fragilidades e as rebeliões internas, a intervenção estrangeira e os tratados desiguais, bem como o fracasso na implementação de reformas foram os principais fatores que levaram à queda da Dinastia Qing (Fairbank, 2006; Hsu, 2000).

³ O Guomindang (GMD), ou Partido Nacionalista Chinês, governou a China de 1928 a 1949. Tal período se inicia formalmente após a unificação do país sob o controle do GMD, liderado por Chiang Kai-shek, durante a Expedição do Norte (1926-1928). Chiang conseguiu derrubar os senhores da guerra regionais

principalmente, pela incapacidade e falta de interesse para tratar a pobreza rural; a Revolução Chinesa, o governo de Mao Zedong⁴ e a Revolução Socialista (1949-1976), apoiaram-se na questão do campesinato para que reformas estruturais fossem estabelecidas (Paulino, 2017, p. 102). E, embora o raciocínio de análise seja de ordem retrospectiva, era evidente que o campo necessitava de reforma.

A China viveu um longo período sob um regime de economia planificada e, ao iniciar o processo de reforma e abertura, no final dos anos 1970, vários outros países socialistas da região adentram um tempo de mudança em seus sistemas econômicos. Dada a diversidade de nações do leste asiático, diversas ideias reformistas e resultados foram surgindo; os países que optaram por seguir as teorias econômicas do *mainstream* não atingiram os resultados desejados. Entretanto, a China, baseada em seu próprio modelo de exploração, atingiu grande sucesso assumindo um sistema dual, combinando economia de mercado e planificada (Lin, 2012, p. 152).

1.2 A Primeira Revolução Agrária: O Governo Revolucionário e as reformas rurais da Era Zedong (1949 - 1978)

O contexto agrícola institucional da reestruturação fundiária, remonta a reforma agrária implementada pelo PCC entre 1949 e 1952, tendo o Movimento de Cooperativas Agrícolas sido iniciado em 1953. Após a redistribuição de terras dos grandes proprietários para os camponeses, o próximo passo do governo chinês foi a introdução de uma estrutura de cooperativas no campo. O objetivo era transformar a economia agrária baseada na pequena propriedade privada em um sistema socialista, onde a terra e os meios de produção seriam coletivamente possuídos e operados por cooperativas controladas pelo Estado (Meisner, 1999, p. 117).

O Movimento Cooperativas Agrícolas pode ser dividido em duas partes: as Cooperativas Agrícolas de Baixo e de Alto Nível. Ao longo da etapa inicial, com as

e estabelecer o governo nacionalista em Nanjing, um período frequentemente chamado de Década de Nanjing (1928-1937). Ao longo do governo Guomindang, buscou-se modernizar a China e promover reformas econômicas e militares, mas diversos empecilhos causados por fragmentação interna, invasão japonesa e guerra civil fizeram culminar na vitória comunista (Fairbank, 2006; Spence, 2013).

⁴ Mao Zedong (1893-1976) foi o líder do Partido Comunista Chinês (PCC) e o fundador da República Popular da China em 1949, exercendo uma influência profunda na política, economia e sociedade chinesa ao longo de sua vida. Ele liderou a China durante o período de transição para o socialismo, promovendo diversas políticas de coletivização agrícola, industrialização e campanhas sociais que tinham como objetivo transformar o país em uma potência socialista (Meisner, 1999; Spence, 2013; Vogel, 2011).

Cooperativas Agrícolas de Baixo Nível (1953-1955), os camponeses foram incentivados a se unir às mesmas, nas quais mantinham a propriedade privada da terra, mas compartilhavam os meios de produção, como ferramentas e animais de tração. A intenção era familiarizá-los com o conceito de cooperação na produção e preparar o terreno para a próxima fase de coletivização total (Meisner, 1999, p. 151).

A partir de 1955, tem-se início a segunda fase do Movimento, no qual o governo passa a pressionar a formação das Cooperativas Agrícolas de Alto Nível (1955-1956), nas quais as terras e os meios de produção foram completamente coletivizados. Nessas cooperativas, os camponeses não tinham mais propriedade privada sobre suas terras; ao invés disso, tudo era compartilhado pela comunidade. Toda a produção e a propriedade das terras e dos meios de produção foram transferidas para o controle coletivo, e a renda era distribuída de acordo com a contribuição do trabalho de cada membro. Essa fase marcou uma transição importante, com a eliminação da propriedade privada da terra e a organização de grandes unidades de produção agrícola (Meisner, 1999, p. 151).

Sob forte pressão política e a base de coerção, muitos agricultores aderiram às cooperativas. Todavia, embora o governo alegasse que a coletivização traria eficiência à agricultura, muitos camponeses resistiram, temendo perder o controle sobre suas terras em meio a desorganização da produção. Ao se analisar a segunda etapa, em termos produtivos, o Movimento obteve ganhos iniciais modestos na produção agrícola, mas também criou descontentamento entre os camponeses, especialmente devido à rápida implementação e à falta de incentivos claros (Meisner, 1999, p. 152).

Sendo assim, o insucesso do sistema de cooperativas deu espaço a um novo sistema, o de comunas, que foi implantado na China em 1958, como parte de um movimento radical de coletivização promovido por Zedong. O objetivo principal era acelerar a transição para o socialismo, aumentando a produtividade agrícola e industrial por meio de uma organização altamente centralizada e coletiva da produção (Meisner, 1999, p. 200).

Dentro desse novo sistema, cada comuna era uma unidade coletiva de produção que podia englobar de 5.000 a 20.000 famílias. Em vez de pequenos grupos de cooperativas, as comunas unificaram vastas áreas agrícolas, organizando o trabalho em larga escala, sendo responsáveis não apenas pela produção agrícola,

mas também pela administração de indústrias locais, educação, saúde, e até mesmo pela organização de forças de defesa. Isso tornou as comunas um sistema abrangente de controle social e econômico, altamente centralizado (Meisner, 1999, p. 226).

Esse processo de coletivização total praticamente aboliu a propriedade privada. A terra, as ferramentas, o gado e outros meios de produção foram coletivizados, com a administração central da comuna decidindo como e onde o trabalho seria aplicado. Até mesmo cozinhas comunitárias foram instituídas em muitas comunas, eliminando o preparo individual das refeições. A remuneração dos trabalhadores passou a ser baseada em pontos de trabalho, em vez de salários diretos ou de produção individual (Meisner, 1999, p. 226).

Embora os motivos para implementação do sistema de comuna tivessem sido: a acelerar a indústria e a coletivização, mobilizar a força de trabalho com mais eficiência para projetos nacionais, promover a autossuficiência local e criar uma nova cultura socialista; os resultados evidenciaram queda na produtividade agrícola, portanto, ineficiência econômica, bem como, desorganização da produção. Como consequência, um dos impactos mais devastadores foi o período de fome em massa ocorrido ao longo do sistema, ocasionando o declínio do mesmo e posterior reforma (Lin, 2012, p. 88).

Tabela 1 - Diferenças entre o Sistema de Cooperativa e o de Comuna

Característica	Sistema de Cooperativa	Sistema de Comuna
Objetivo	Facilitar a organização de grupos de produção compartilhada para aumentar a eficiência e produtividade agrícola, sem perder completamente o controle da propriedade privada.	Centralizar a propriedade e a produção em unidades coletivas completas, promovendo autossuficiência e controle total da produção pelo estado.
Estrutura de Propriedade	Propriedade coletiva parcial, permitindo que famílias mantivessem parcelas individuais enquanto trabalhavam em terras comuns.	Propriedade totalmente coletiva, com controle estatal absoluto sobre a terra e os recursos de produção.
Distribuição de Produção	Com base no trabalho e participação individual, com recompensas proporcionais ao trabalho fornecido por cada membro.	Distribuição igualitária entre os membros, sem considerar a contribuição individual ao trabalho coletivo.

Incentivo Econômico	Oferecia alguma recompensa individual baseada na produtividade e no trabalho.	Incentivo coletivo, com foco em objetivos comunitários e não em resultados individuais, o que diminuiu a motivação pessoal.
Resultados e Efeitos	Aumentou a produção inicial, mas apresentava limitações de escala e organização.	Resultou em queda significativa na produtividade, desorganização e levou ao período de fome, sendo posteriormente reformado.

Fonte: Elaboração própria.

Concomitante ao estabelecimento do sistema de comunas, o Grande Salto Adiante estava ocorrendo na China. Esse projeto radical de desenvolvimento econômico e social promovido entre 1958 e 1962 foi conduzido por Zedong e tinha como objetivo transformar o país de uma economia agrária em uma potência industrial socialista. Através de uma combinação de políticas de coletivização agrícola, industrialização em pequena escala (descentralizada) e mobilização de massa, o Grande Salto visava alcançar avanços rápidos na produção agrícola e industrial. No entanto, a campanha resultou em um dos maiores desastres econômicos e humanitários da história moderna, uma vez que as metas de produção estabelecidas haviam sido exageradas e o país mergulhou em colapso, levando à Grande Fome (1959-1961) que matou milhões de pessoas e fez com que “um novo sistema de cooperação baseado na equipe de produção como unidade de negócios fosse iniciado” (Lin, 2012, p. 152 - 153, tradução nossa).

1.3 - O período de Grande Fome (1959-1961)

O Grande Salto Adiante (1958-1962) foi marcado por um momento complicado na história chinesa, uma vez que praticamente *pari passu* houve a Grande Fome (1959-1961), no qual cerca de 30 milhões de pessoas (Ashton et al. 1994 *apud* Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8) morreram de fome devido a queda na produção total de alimentos e por altas compras governamentais de áreas rurais (Meng; Qian; Yared *apud* Bispo; Martins; Cechin, p. 6).

O fato de o país ter buscado desenvolver seu setor industrial impulsionou o crescimento populacional e gerou uma demanda maior por alimento, todavia, não havia como sustentar essa demanda. Por esse motivo, o governo chinês passa a

ocupar-se também do tema soberania⁵ e da segurança alimentar⁶, a fim de preservar a autonomia frente ao mercado global.

O início do regime de comunas durante os primeiros anos do governo Mao Zedong, foi marcado pelo estabelecimento do sistema em si (Chang; Wen apud Bispo; Martins; Cechin, p. 5), no qual buscavam tornar os meios de produção coletivos, visando a maximização da produção de grãos e proibindo a produção de vegetais e outras colheitas comerciais⁷ (Bispo; Martins; Cechin, p. 5). O Estado atuava fornecendo insumos e infraestrutura aos produtores, como, por exemplo, máquinas, fertilizantes e eletricidade, com claro foco na melhoria da produtividade; atuava também como comprador direto desses grãos a preços baixos, com o objetivo de disponibilizá-los como forma de manutenção dos custos básicos nas zonas urbanas.

A fome que eclodiu no território ao final da década de 1950 e início dos anos 1960, aconteceu também devido a realocação de milhões de agricultores para produzir aço e ferro. De acordo com Ashton *et al.* (1994 *apud* Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 7), entre 1949 e 1956, houve uma migração tão intensa para áreas urbanas que a população que se descolou foi da ordem de 41 milhões. A área urbana passou de 58 para 99 milhões de pessoas, processo este que continuou em ascensão dado que em 1960 a China apresentava uma população urbana de 130 milhões de habitantes.

Além do fator deslocamento populacional, houveram também pragas e eventos naturais que contribuíram para a devastação das safras do país, escapando do cenário caótico apenas as províncias de Xizang e Xinjiang, nas regiões sudoeste e

⁵ A soberania alimentar diz respeito ao direito do país de controlar suas próprias políticas alimentares e agrícolas, garantindo que a produção, distribuição e consumo de alimentos sejam definidos de acordo com as necessidades da sua população, sem depender excessivamente de importações ou pressões externas (Schneider, 2024; Huang, 2007; Xu, 2020).

⁶ A segurança alimentar está relacionada à capacidade do país de garantir o acesso a alimentos suficientes, nutritivos e de qualidade para toda a sua população, em uma perspectiva de longo prazo. Dada a enorme população da China, a segurança alimentar é uma prioridade estratégica para o governo chinês, uma vez que desafios como a escassez de terras aráveis, o rápido crescimento populacional e a urbanização acelerada dificultaram a produção de alimentos (Zhou, 2016; Lardy, 1983; Bramall, 2009).

⁷ As safras comerciais eram aqueles produtos que tinham grande valor no mercado interno e externo. Estas safras incluem produtos como: arroz (a cultura de maior importância, tanto para consumo doméstico quanto para o mercado); trigo (usado amplamente na alimentação básica chinesa, como em macarrão e pães); milho (importante para a alimentação humana e também para a alimentação animal); algodão (utilizado na indústria têxtil, que é um setor vital da economia chinesa); cana-de-açúcar e beterraba (para produção de açúcar, essencial na indústria de alimentos e bebidas; soja (muito relevante para a produção de óleo e ração animal); chá (um dos principais produtos de exportação, associado à cultura chinesa) (Meisner, 1999; Naughton, 2018).

noroeste do país. Apenas em 1959, as inundações destruíram 810 mil hectares em Guangdong e 58 mil hectares em Fujian; a seca fez com que a província de Hubei e Shaanxi perdessem 25% e 54% da produção, respectivamente. Já em 1960, a seca severa atingiu todo o território (Ashton *et al.* 1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 7).

Enquanto o governo à época ressaltava a ausência fome no país, considerando que houve aumento na produção de alimentos se comparado à Grã-Bretanha, divulgando boletins com safras recordes e elevando continuamente a exportação de alimentos, principalmente, grãos. O mundo ocidental notava a gravidade da fome que havia na China, inclusive, alguns jornais do ocidente observaram que havia notícias sobre falta de alimentos em Pequim e outras grandes cidades (Ashton *et al.* 1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 6).

A dificuldade de uma avaliação mais profunda acerca do tema da fome provinha do isolamento político do território sino, alinhado até então com a URSS, uma vez que estavam em plena Guerra Fria⁸. Contanto, em 1960, já em grave crise, a URSS deixa de cooperar econômica e tecnicamente com os chineses, o que intensifica ainda mais a fome (Ashton *et al.* 1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 6).

A crescente exportação de alimentos que a China demonstrava, dizia que o país tinha sua demanda interna controlada, portanto, segurança e soberania alimentar garantidas, tendo como única fonte base de alimentos a produção doméstica, em virtude de não importar grãos até 1961 (Ashton *et al.* 1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8).

Em termos estatísticos, esse período de Grande Fome (1959-1961) foi representado por uma queda brusca de quase 50% na taxa de natalidade, enquanto os índices de mortalidade mais do que dobraram e as taxas de fertilidade caíram

⁸ A Guerra Fria (1947-1991) foi um período de tensões políticas e ideológicas entre os Estados Unidos (representando o bloco capitalista) e a União Soviética (representando o bloco comunista). Embora não tenha havido um confronto militar direto entre as superpotências, o conflito se manifestou em disputas por influência geopolítica, corridas armamentistas e conflitos indiretos em várias partes do mundo. A China desempenhou um papel complexo na Guerra Fria. Após a Revolução Chinesa de 1949, o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung, estabeleceu a República Popular da China como um estado socialista, alinhando-se inicialmente à União Soviética. No entanto, as relações entre a China e a União Soviética se deterioraram na década de 1960, resultando na ruptura sino-soviética. A partir disso, a China buscou uma política mais independente, que culminou na aproximação diplomática com os Estados Unidos no início dos anos 1970, simbolizada pela histórica visita de Richard Nixon a Pequim em 1972 (Naughton, 2018; Zubok, 2007; Westad, 2017).

quase 3 pontos percentuais, quando se analisa o intervalo de 1955 a 1964 (Ashton *et al.* 1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8).

Tabela 2 - Indicadores Demográficos da China entre 1955 e 1964

Anos	População (em milhões)	Taxa de Nascimento	Taxa de Morte	Taxa de Fertilidade Total
1955	614,7	32,6	12,3	6,26
1956	628,3	31,9	11,4	5,85
1957	646,5	34	10,8	6,41
1958	659,9	29,2	12	5,68
1959	672,1	24,8	14,6	4,3
1960	662,1	20,9	25,4	4,02
1961	658,6	18	14,2	3,29
1962	672,9	37	10	6,02
1963	691,7	43,4	10	7,5
1964	705	39,1	11,5	6,18

Fonte: Ashton *et al.* 1994, Lin; Yang, 2000 *apud* Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8.

A contabilização da quantidade de mortos nesse período varia: (i) Ashton *et al.* (1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8) e Banister (1987 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8) acordam com números na casa dos 30 milhões de mortes; (ii) Ashton (1994 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8) distingue que 17,3 milhões de mortes foram de crianças (considerando-se pessoas abaixo de 10 anos) e 12,2 de pessoas acima dos 10 anos.

Os centros de desenvolvimento industrial e de importância política estratégica tiveram taxas de mortalidade mais reduzidas, a exemplo de Xangai, Tianjin e Pequim. É notável a influência das ações governamentais sobre a fome, ao se comparar as taxas de mortalidade de Guangdong e Jilin, que reduziram as exportações e tiveram taxas menores, enquanto Henan, Gansu, Sichuan e Hunan sofreram com taxas maiores devido às estratégias do governo durante a crise (Lin apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 9).

Somente no ano de 1961 que o governo chinês reduz as exportações para buscar suprir a demanda doméstica e aumentar o volume de importação de grãos (Ashton apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 8), conforme representado na Tabela 3 abaixo. Essa mudança de prioridade política e comercial, além de ser um reflexo direto

do período da Grande Fome (1959-1961), pode ser embasada na ascensão de Liu Shaoqi⁹ e Deng Xiaoping¹⁰, assumindo posições de destaque nas decisões econômicas do país. Ambos pressionaram por políticas mais pragmáticas e incentivaram a revisão das diretrizes econômicas radicais de Mao.

Tabela 3 - Produção e Comércio de Grãos (em milhões de toneladas) na China entre 1950 e 1966

Ano	Produção Total de Grãos (milhões de toneladas)	Importação Total de Grãos (milhões de toneladas)	Exportação Total de Grãos (milhões de toneladas)	Saldo (milhões de toneladas)	Produção Doméstica de Grãos (milhões de toneladas)
1950	132.1	0.1	1.2	-1.2	130.9
1951	143.7	0.0	2.0	-2.0	141.7
1952	163.9	0.0	1.5	-1.5	162.4
1953	166.8	0.0	1.8	-1.8	165.0
1954	169.5	0.0	1.7	-1.7	167.8
1955	183.9	0.2	2.2	-2.1	181.9
1956	192.7	0.2	2.7	-2.5	190.2
1957	195.0	0.2	2.1	-1.9	193.1
1958	200.0	0.2	2.9	-2.7	197.3
1959	170.0	0.0	4.2	-4.2	165.8
1960	143.5	0.1	2.7	-2.7	140.9
1961	147.5	5.8	1.4	4.5	152.0
1962	160.0	4.9	1.0	3.9	163.9
1963	170.0	6.0	1.5	4.5	174.5
1964	187.5	6.6	1.8	4.8	192.3
1965	194.5	6.4	2.4	4.0	198.5

⁹ Liu Shaoqi (1898-1969) foi um dos líderes mais importantes da República Popular da China e uma figura chave no Partido Comunista Chinês (PCC) durante as décadas de 1940 a 1960. Ele ocupou cargos de grande relevância no governo e no partido, incluindo o de Presidente da República Popular da China de 1959 a 1968, sucedendo a Mao Tsé-Tung. Liu era amplamente considerado um dos principais teóricos marxistas da China e desempenhou um papel crucial na implementação das políticas de reconstrução econômica do país durante o período pós-revolução (Gao, 2009; MacFarquhar, 2006; Spence, 2013).

¹⁰ Deng Xiaoping (1904-1997) foi uma das figuras mais influentes da história moderna da China, sendo amplamente creditado por promover as reformas que transformaram o país em uma das maiores potências econômicas globais. Ele foi o líder de fato da China entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990, embora nunca tenha ocupado formalmente a posição de presidente ou secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC). Sua principal contribuição foi a implementação de políticas econômicas pragmáticas que abriram a economia chinesa ao mercado global, marcando uma ruptura com o rígido maoísmo da era anterior (Vogel, 2011; Fewsmith, 1994; Meisner, 1999).

1966	214.0	6.4	2.9	3.6	217.6
------	-------	-----	-----	-----	-------

Fonte: Ashton *et al.*, 1984 *apud* Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 10.

Em decorrências dessas mudanças políticas, no início da década de 1960, após o Grande Salto Adiante (1958-1962), surge uma campanha conhecida como “*Grains First*” (Kroeber *apud* Bispo; Martins; Cechin, p. 5), com o objetivo de priorizar a produção de grãos, reduzir a diversificação agrícola, garantir a segurança alimentar e reorganizar as comunas populares. Essa campanha fazia parte dos esforços do governo para restaurar a economia e lidar com a grave crise de escassez de alimentos e fome que se seguiu após as políticas desastrosas do Grande Salto.

À época, o governo estabelecia cotas de produção de grãos para os agricultores, grãos estes que seriam comprados a baixos preços pelo Estado. As regiões que atingiam as cotas fixadas através de técnicas da Revolução Verde¹¹, após o fazerem, utilizavam suas terras para plantar safras comerciais e aumentar a renda no campo. Contudo, as regiões que não atingiam este objetivo, tinham que deixar os outros cultivos e dedicarem-se à produção de grãos, produção esta que lhes conferia uma rentabilidade menor (Naughton *apud* Bispo; Martins; Cechin, p. 6).

O descontentamento com as medidas tomadas pelo governo, bem como a situação da população do país, que se via mais agrário em 1978 (com 82% da população em zona rural) do que em 1958, fez com que um grupo de fazendeiros ratificassem por meio de um documento a divisão das terras coletivas em lotes individuais, movimento este que se espalhou por outras províncias e acelerou a necessidade de uma nova reforma (Kroeber *apud* Bispo; Martins; Cechin, 2021, p.11), reestruturação esta que transformaria a economia rural do país. O feito ocorreu na vila de Xiaogang, no condado de Fengyang, localizada na província de Anhui, e marcou um ponto de virada na transição da agricultura coletivizada para um sistema mais produtivo baseado em propriedades familiares, um modelo que se expandiu por todo o país.

¹¹ A Revolução Verde na China foi um movimento de modernização agrícola que teve início nas décadas de 1960 e 1970 e continuou a se desenvolver nas décadas seguintes. Seu objetivo era aumentar drasticamente a produtividade agrícola para sustentar a crescente população do país. A Revolução Verde na China seguiu tendências globais semelhantes, como o uso de novas tecnologias agrícolas, sementes híbridas de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas e técnicas de irrigação modernas (Yuan, 1997; Huang, Jikun *et al.*, 2000; Riskin, 1987).

Os 18 fazendeiros de Xiaogang supracitados que decidiram em segredo assinar o acordo informal, conhecido como "contrato de responsabilidade familiar", se comprometeram em, para além de dividirem os lotes de terra coletiva em lotes individuais, permitindo que cada família administrasse sua própria parcela, também fizeram um pacto no qual caso algum deles fosse pego nesse sistema, os outros iriam cuidar de seus filhos (Lin, 2012, p. 156). Também segundo o contrato, cada família poderia manter parte da produção excedente após atender às cotas de grãos exigidas pelo governo. Esse sistema de "incentivo" contrastava fortemente com o modelo anterior de coletivização, no qual os fazendeiros recebiam a mesma compensação independentemente do desempenho individual (Vogel, 2011, p. 221-23).

Os coletivos (comunas) agrícolas desapareceram, dando lugar aos lotes individuais, com produção diversificada, implementação de mais tecnologia, seja através de máquinas, fertilizantes e/ou outras técnicas que expressaram um ganho significativo em produção e renda no campo (Kroeber apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p.11).

1.4 - A Segunda Revolução Rural: Novas reformas estruturais no setor agrícola (1979 - 2019)

Após essa breve e necessária contextualização acerca das políticas agrárias da China e também sobre a era Zedong, tratando do aspecto da fome como algo que não diz respeito a um passado recente do país; parte-se para abordar a Segunda Revolução Rural que, por assim dizer, começou no final do ano de 1978, com o início do governo de Deng Xiaoping que estabeleceu as quatro reformas, abarcando as áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Tais reformas foram de fundamental importância para a China contemporânea, no que tange ao assentamento de novas bases estruturantes para o país, principalmente, no setor agrícola, tema central da tese em questão.

Em consonância com essas reformas, a abertura econômica foi o veio central para criação das *Township and Village Enterprise* (TVE)¹², no início dos anos 1980, e

¹² As *Township and Village Enterprises* (TVEs) eram indústrias coletivas ou privadas, estabelecidas nas cidades e vilas rurais, fora do controle direto do governo central, mas ainda sob a supervisão dos governos locais. As TVEs permitiram que os recursos e a força de trabalho rurais fossem utilizados para desenvolver a produção industrial e de serviços, ajudando a diversificar a economia chinesa e reduzir a pobreza no campo (Byrd, William, Lin, Qingsong, 1990; Perkins, 2012; Naughton, 2018).

também a aderência à Organização Mundial do Comércio (OMC), no começo dos anos 2000. A antiga política de Zedong do “*Grains First*” tem seus dias finais em 1978, no 3º Plenário do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, quando se estabelece a política orientada por novas reformas no campo, visando ganhos em produção e também maior abertura comercial, fazendo surgir novos padrões de especialização no campo (Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 11).

A 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada em dezembro de 1978, marcou o início da política de Reforma e Abertura (Gaige Kaifang), que redirecionou o país, saindo de uma economia planejada e fechada para uma economia orientada ao mercado e aberta ao comércio global. Esse encontro redefiniu as prioridades do Partido Comunista, enfatizando o desenvolvimento econômico como a principal tarefa nacional e dando início a uma série de reformas que transformaram a economia e a sociedade chinesas.

De acordo com Guo (2020 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 11), a evolução das políticas agrícolas da China contempladas entre os anos 1979 e 2019 pode ser dividida entre quatro etapas: (i) a primeira, liderada por Deng Xiaoping, compreendida entre 1979 e 1984; (ii) a segunda, liderada por Li Xiannian e Yang Shangkun, compreendida entre 1985 e 1991; (iii) a terceira, liderada por Jiang Zemin, compreendida entre 1992 e 2003 ; e (iv) a quarta, liderada por Hu Jintao e Jinping, compreendida entre 2004 e 2023.

1.4.1 - As etapas da reforma agrícola estrutural chinesa

A primeira etapa (1979-1984), liderada por Xiaoping, destaca-se pela busca de mudanças no uso das propriedades, capacitando o agricultor para arrendar a terra. Foram abolidas as comunas e houve a atração de capital para diversificação da produção, o que resultou em um aumento produtivo de 7,7% ao ano. O direito da propriedade estava com o coletivo, entretanto a operação da mesma foi dada às famílias de agricultores que, após entregarem a produção fixa solicitado pelo governo, eram donos do restante que foi produzido.

De acordo com Huang e Liang (2018 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 12), foi implementado no início dos anos 1980 o *Household Responsibility System* (HRS), com a finalidade de transferir a responsabilidade da produção agrícola das comunas para as famílias individuais, permitindo que cada família agricultora operasse como

uma unidade econômica autônoma. O HRS alterou o mecanismo de divisão da terra, sendo desde então os terrenos das comunas repartidos para as famílias; propiciou incentivos econômicos, uma vez que tinham agora possibilidade de produzir e vender o que fosse excedente, após cumprirem com a cota obrigatória; houve também aumento na produção de alimentos e a fomento de um sistema de economia de mercado. Para além das reformas no campo, o novo sistema ocasionou reformas institucionais, como a criação das Associações Locais de Ciência e Tecnologia, com a clara intenção de aprimorar setores agrícolas específicos que servissem à diversificação da produção. Tais associações eram também articuladoras eficientes de diálogos entre o governo e os agricultores, ainda que os mesmos não participassem diretamente das atividades econômicas no mercado.

Ao longo do governo Mao, o setor agrícola era responsável por subsidiar o desenvolvimento industrial, uma vez que a China tinha a cobrança de tributos agrícolas como prática ordinária e essa política de altas tributações sobre a produção e exportação na agricultura servia para, por outro lado, subsidiar os consumidores internos das mesmas culturas¹³ nas cidades (ESCAP, 2007 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 12). Em 1958, o imposto era deduzido a partir do valor da produção de uma área de terra estabelecida, oscilando entre 2% e 15%. Entretanto, no ano de 1983, houve um incremento tarifário que acresceu ainda mais a taxaço sobre produtos agrícolas (Yu; Jensen, 2010 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 13). Além dos fatos listados, o governo também exigia a entrega de uma parcela da produção com valores a serem pagos pelas mercadorias abaixo do preço padrão de mercado.

Tais políticas de distorção de preço tiveram seus dias quase findos entre os anos 1980 e 1990 (Anderson; Strutt, 2014 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 13), quando se tem a transição para segunda etapa (1985 -1991) que será retratada mais adiante, aquela conduzida por Li Xiannian e Yang Shangkun. A manutenção de baixos preços pelo Estado para a compra de grãos e as cotas de produção mandatórias, tornaram-se em incentivos via programas de apoio à produção de grãos. Apesar de ainda haver leves distorções na compra de grãos com preços mínimos pelo governo,

¹³ Trato aqui de cultura no sentido agrícola, referindo-se às plantas cultivadas para diversos usos, como alimentação, energia, fibras e matérias-primas industriais. Elas podem ser divididas em categorias como grãos (ex.: arroz, trigo, milho), oleaginosas (ex.: soja, canola), hortaliças, frutas, e cultivos para bioenergia (ex.: cana-de-açúcar). Essas culturas são fundamentais para a economia agrícola e o desenvolvimento rural, variando de acordo com o clima, o solo e as demandas de mercado (Mellor, 1966; Pearson, 2007).

que se mantinham ainda menores que os do mercado, houve um significativo movimento de deslocamento da renda do setor de comercialização e para o campo (ESCAP, 2007 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 13). Esse movimento possibilitou o desenvolvimento de subsetores agrícolas que foram fundamentais para a diversificação e complexificação da dieta da população. O estabelecimento dos subsetores da avicultura, horticultura, laticínios e pecuária também possibilitaram aumento de renda no campo, subsetores estes que passarão a ter papel de destaque em análises subsequentes.

A segunda etapa (1985-1991), liderada por Li Xiannian¹⁴ e Yang Shangkun¹⁵, destaca-se por representar a fase inicial da industrialização rural e também por assinalar reformas que foram orientadas para o mercado, através do fim do controle da comercialização de produtos agrícolas e diminuição das políticas tarifárias. Xiannian e Shangkun estabeleceram outras medidas, como: (i) incentivar a transferência de mão de obra do campo para as cidades; (ii) estimular a diversificação agrícola, que resultou em aumento da pecuária que ainda era emergente no país; (iii) permitir a transferência dos direitos de uso da terra; (iv) assentar instituições financeiras para apoiarem a agricultura; e (v) desenvolver *Township and Village Enterprise* (TVE) orientadas para o mercado.

Consoante a Liang (2006 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 14), as TVEs atingiram expressivo resultado ao empregarem o excedente de mão de obra da agricultura, gerando emprego para 135 milhões de agricultores, aumentando de 9,2% para 28,1% o percentual de camponeses empregados. A redução da disparidade econômica entre o campo e a cidade, bem como a geração de renda e a melhoria na

¹⁴ Li Xiannian (1909-1992) foi um político proeminente da China, membro importante do Partido Comunista Chinês (PCC) e uma figura chave na liderança da República Popular da China. Li Xiannian ocupou uma série de cargos de destaque no governo chinês, incluindo o de Ministro das Finanças (1954-1975), período durante o qual ajudou a implementar políticas econômicas cruciais, especialmente em tempos de crises econômicas. Posteriormente, ele serviu como Presidente da República Popular da China de 1983 a 1988, durante o governo de Deng Xiaoping, quando o país começou a implementar suas reformas econômicas. Embora a presidência fosse mais um cargo cerimonial, Li tinha grande influência nos bastidores, sendo um membro do Comitê Permanente do Politburo (MacFarquhar, 2006; Gittings, 2005; Teiwes, 2007).

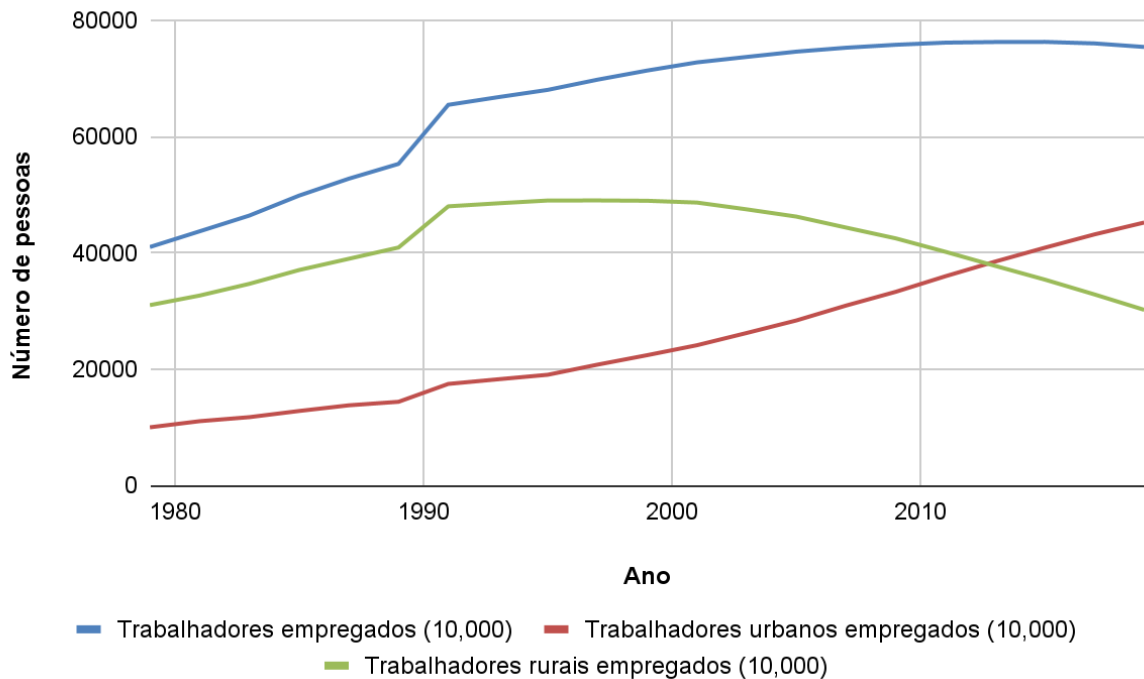
¹⁵ Yang Shangkun (1907-1998) foi um importante político chinês que ocupou vários cargos de destaque no governo e no Partido Comunista Chinês (PCC). Ele é mais conhecido por ter sido presidente da República Popular da China de 1988 a 1993 e, anteriormente, por seu papel como vice-primeiro-ministro e membro do Politburo do PCC. Yang teve uma carreira significativa durante as fases críticas da história moderna da China, incluindo a Revolução Cultural e a abertura econômica sob Deng Xiaoping (Lampton, 2001; Bai, 2018; Zweig, 1997).

produtividade da agricultura são êxitos oriundos das TVEs, principalmente, e também de fundos responsáveis por apoiar o desenvolvimento agrícola.

Desde o surgimento das TVEs, como parte de um movimento para descentralizar e diversificar a economia, as empresas eram estabelecidas como pequenas cooperativas administradas por autoridades locais ou como empresas de propriedade mista, em que aldeões e municípios detinham participação acionária. As TVEs eram únicas em comparação com outras empresas chinesas, pois operavam fora do sistema de planejamento central e tinham um alto grau de autonomia em relação ao governo central. Essa liberdade permitiu que fossem mais inovadoras e adaptáveis, reagindo rapidamente às mudanças de mercado. Além disso, as TVEs frequentemente recebiam apoio financeiro e logístico das autoridades locais, incentivando seu crescimento.

As TVEs contribuíram para transformar a economia rural, gerando empregos e rendas adicionais para os trabalhadores agrícolas. Cabe destacar que, embora a renda no campo tenha crescido, a partir dos anos 1990, as TVEs passaram por um processo de reestruturação e privatização, pois muitos municípios enfrentavam dificuldades financeiras para continuar a apoiá-las. Isso levou à privatização de muitas dessas empresas, o que, de certo modo, ajudou a aumentar a eficiência produtiva, mas também trouxe desafios para o emprego rural e gerou uma onda de migração para as áreas urbanas. Como adendo final, deve ser pontuado que a alavancagem da renda alavancagem não foi sustentada com o passar dos anos e a renda no campo voltou a declinar, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Disponibilidade de mão de obra nos centros urbanos e rurais (1979 - 2019)



Fonte: National Bureau of Statistics of China, 2024.

A terceira etapa (1992-2003), liderada por Jiang Zemin¹⁶, destaca-se por efetivamente alicerçar a abordagem da economia de mercado no plano oficial das reformas que seriam feitas pelo governo. O estabelecimento do 15º Congresso do Partido em 1997 e da 3ª Sessão Plenária em 1998 serviu para desenvolver as empresas do setor agrícola, que representavam 28% de participação do PIB e empregavam 130 milhões de chineses.

O 15º Congresso do Partido Comunista da China (PCC), realizado em setembro de 1997, foi um marco nas reformas econômicas chinesas, consolidando a direção de uma economia socialista de mercado com características chinesas e reforçando o papel das empresas privadas no sistema econômico. Esse congresso, ocorrido sob a liderança de Jiang Zemin, reforçou a continuidade das reformas de mercado iniciadas por Deng Xiaoping e representou um avanço na modernização econômica, promovendo mudanças significativas na estrutura estatal e na abertura

¹⁶ Jiang Zemin foi um líder político da China, servindo como General Secretário do Partido Comunista Chinês (PCC) de 1989 a 2002, Presidente da República Popular da China de 1993 a 2003 e Presidente da Comissão Militar Central de 1989 a 2004. Zemin introduziu a teoria dos "Três Representações", que ampliou a base do PCC ao incluir interesses de empresários e da classe média, em um esforço para modernizar e reformar o partido. Seu governo é frequentemente associado ao crescimento econômico acelerado da China, à integração do país na economia global e à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (Wang, 2003; Pei, 2006; Shrek, 2007).

econômica. O reconhecimento do setor privado como parte da economia socialista; a reforma das Empresas Estatais (SOEs); o desenvolvimento econômico regional e urbano; o planejamento econômico e integração global; e o aprimoramento das instituições socialistas de mercado foram alguns dos pontos abordados no congresso.

A 3ª Sessão Plenária do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, realizada em 1998, foi um marco nas reformas econômicas da China, especialmente voltadas para a reestruturação das empresas estatais e a modernização da agricultura. Durante essa sessão, o governo chinês, sob a liderança de Jiang Zemin, estabeleceu diretrizes para transformar empresas estatais, tornar a economia mais eficiente e promover o desenvolvimento sustentável no campo. A reforma das empresas estatais; a modernização da agricultura; o desenvolvimento rural e alívio da pobreza; o incentivo à eficiência e sustentabilidade foram diretrizes bases da sessão.

O fortalecimento desta abordagem trouxe apoio às empresas agrícolas por meio de medidas políticas formais e regulamentos administrativos que foram base para o avanço das cooperativas de agricultores; houve também o estabelecimento de políticas preferenciais e apoio fiscal para que a produção de grãos fosse elevada (Guo, 2020 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 15).

Antes dos anos 2000, o Estado estocava grãos para proteger os preços; porém, permitia que o mercado reduzisse esse controle governamental dos valores. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, firma a direção de políticas de livre comércio, pois dava abertura à comercialização de grãos através da redução de tarifas. Após o ingresso da China na organização internacional, os Estados Unidos passaram por um período de condições climáticas desfavoráveis que atingiu a oferta de grãos que seriam exportados para o território chinês e, ao longo desse período, foi-se utilizado o estoque de grãos armazenados, tanto para fins internos quanto internacionais, servindo para aliviar a pressão sobre a importação dos grãos. Essa reserva foi sustida e suprimiu a demanda doméstica até 2005, quando o volume de grãos importados para suprimento começou a se elevar novamente.

A quarta etapa (2004 -2019), liderada por Hu Jintao¹⁷ e Xi Jinping¹⁸, destaca-se por ter sido marcado pela transformação e modernização da estrutura agrícola, com o surgimento de grandes empresas familiares especializadas, a consolidação das cooperativas e o fortalecimento das empresas de processamento. Houve também um crescimento significativo das unidades de agricultura familiar. Essa fase destacou-se pela maior eficiência operacional do setor, caracterizada por operações produtivas em larga escala, aliadas a uma redução nos custos de produção (Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 16).

O compromisso com as “três questões rurais”, a saber, a agricultura, as áreas rurais e os agricultores, são um marco das medidas do governo. Huang e Yang (2017 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 16) sinalizaram que o documento anual mais importante da política nacional chinesa, o Documento No.1 (“*Number One Document*”), geralmente simbolizando as prioridades e áreas de foco para o desenvolvimento do país, no intervalo de 2004 a 2016, foi concentrado nesses três pontos. Esse período foi marcado por políticas e reformas voltadas para transformar o setor agrícola, aumentar a renda rural e modernizar as áreas rurais, elementos centrais para sustentar o crescimento econômico e a estabilidade social da China.

Detalhando em subperíodos o intervalo (2004-2016) compreendido, temos:

- (i) Entre 2004 e 2006, o governo chinês concentrou-se em reduzir a pobreza rural e aumentar a renda dos agricultores. Foram criadas medidas para fortalecer a produção agrícola básica e oferecer subsídios diretos aos agricultores. Esse foi um período em que o governo enfatizou a eliminação de algumas taxas agrícolas, uma medida significativa para reduzir a carga financeira sobre os agricultores (Huang; Yang, 2017, p. 122).
- (ii) Entre 2007 e 2009, houve um impulso para a modernização da agricultura e o desenvolvimento de infraestrutura básica, como estradas e sistemas de irrigação nas áreas rurais. Esse período incluiu investimentos em tecnologia

¹⁷ Hu Jintao foi um político chinês que serviu como o principal líder da China de 2002 a 2012. Ele ocupou os cargos de Secretário-Geral do Partido Comunista da China (PCC) de 2002 a 2012, Presidente da República Popular da China de 2003 a 2013 e Presidente da Comissão Militar Central até 2012 (Fewsmith, 2008; Tsang, 2009; Kuhn, 2011).

¹⁸ Xi Jinping é o atual líder da China, ocupando os cargos mais altos no governo e no Partido Comunista Chinês (PCC). Ele se tornou o Secretário-Geral do Partido Comunista da China em 2012, Presidente da República Popular da China em 2013 e Presidente da Comissão Militar Central (também em 2012), sendo amplamente considerado o líder mais poderoso da China desde Mao Tsé-Tung (Brown, 2014; Lam, 2015; Economy, 2018).

agrícola e apoio a práticas sustentáveis para melhorar a produtividade (Li; Ash; Brown, 2012, p. 122).

(iii) Entre 2010 e 2011, o Documento No. 1 concentrou-se em estratégias para garantir a segurança alimentar nacional, estabilizar os preços dos alimentos e aumentar a produção doméstica de grãos. Políticas foram implementadas para garantir o estoque de grãos e apoiar o desenvolvimento sustentável da produção (Huang; Yang, 2017, p. 123).

(iv) Entre 2012 e 2013, houve ênfase em reformar o sistema de direitos de propriedade da terra rural para permitir maior segurança e flexibilidade para os agricultores. Isso incluía incentivos para que os agricultores transferissem o uso de terras, promovendo a consolidação de áreas agrícolas e incentivando o uso eficiente da terra (Chen; Davis, 2017, p. 123).

(v) Entre 2014 e 2016, o governo começou a enfatizar práticas agrícolas mais sustentáveis, como o uso responsável de fertilizantes e pesticidas. Houve também um foco em melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais, com investimentos em saúde, educação e infraestrutura social (Huang; Yang, 2017, p. 124).

Referenciando em Guo (2020 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 16), os líderes chineses, ao fim de 2018, haviam escrito 15 artigos acerca da renda do agricultor, da produtividade agrícola e das melhorias na infraestrutura das áreas rurais. A concessão de subsídios e os reajustes tributários também foram medidas firmadas que continuam ecoando como forma de incentivar a produção agrícola da China.

No ano de 2016, a Reforma Estrutural do Lado da Oferta na Agricultura (*The Supply-Side Structural Reform in Agriculture*) foi apresentada em resposta aos desafios enfrentados pelo setor agrícola da China, como a baixa eficiência, a dependência de métodos de cultivo intensivos em insumos, e o excesso de produção de grãos em relação à demanda interna. A reforma mencionada buscava por mais qualidade nos produtos que circulavam no mercado, visando suprir a variedade de grãos demandados para o consumo doméstico, objetivando também atingir os padrões internacionais e, para tal, era necessário mudar o fluxo de alocação de recursos produtivos para que fossem despendidos de modo mais racional. A produção regional e o mecanismo de formação de preços também passariam por mudanças (Mao; Guo, 2017 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 16).

Utilizar-se das dimensões da agricultura chinesa para incrementar os ganhos através da economia de escala era o objetivo da reforma que, por meio dos avanços tecnológicos, científicos e técnicos, puderam otimizar a produção de grãos e dar prioridade a outros segmento do setor, como: os laticínios, a pecuária de corte e ovinos, a produção de aves, ovos, floresta, pesca e a indústria de ração. Anteriormente à reforma, a estrutura agrícola era desarmoniosa, sem ordenamento no desenvolvimento do emprego e da renda e também de baixa eficiência (Huang; Yang, 2017, p. 124).

Houve uma reorganização agrícola e uma das diretrizes centrais era desenvolver práticas de Agricultura Verde, que incluíam o uso de métodos de cultivo menos agressivos ao meio ambiente e o incentivo à economia circular no campo, visando tanto o desenvolvimento rural sustentável quanto a proteção dos recursos naturais.

O aumento da produção na agricultura caminhou *pari passu* com a proteção do meio ambiente, sendo o turismo rural fomentado nas últimas etapas, bem como a produção de biomassa. Os serviços de crédito e financeiros também foram melhorados para servir de apoio para interligar os rendimentos urbanos e rurais, por meio da evolução da própria estrutura de consumo (Wang, 2019 apud Bispo; Martins; Cechin, 2021, p. 17).

As etapas elencadas serviram para um desenvolvimento rural assentado na industrialização planejada, abrindo mercado no exterior e alterando as bases estruturais do país, o que possibilitou o posterior ingresso na OMC e o desenvolvimento da parceria estratégica com o Brasil.

CAPÍTULO 2 – O INGRESSO DA CHINA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC), OS REGIMES ALIMENTARES INTERNACIONAIS E AS RELAÇÕES COMERCIAIS AGRÍCOLAS COM O BRASIL

Este capítulo intermediário irá construir um nexos entre as reformas e revoluções rurais ocorridas na China e a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), analisando seu processo de abertura econômica e inserção nos regimes alimentares internacionais, através das relações comerciais agrícolas com o Brasil. Para que esse exame fosse possível, também foi utilizada uma abordagem histórico-econômica e o capítulo foi dividido em cinco seções.

A primeira seção versa sobre os desafios enfrentados pela China para que pudesse ser incorporada no comércio internacional por meio da OMC. A segunda seção faz um retrospecto destacando que, antes da entrada do PCC no poder, o país havia ratificado o acordo e comenta a participação da China no GATT como observadora. A terceira seção destaca quais foram os impactos da entrada do país na OMC, tratando de como a organização precisou se reordenar para absorver a China e seguir com seu objetivo de liberalizar o comércio internacional. A quarta seção trata das relações comerciais agrícolas entre Brasil e China que foram possibilitadas por intermédio da OMC, fazendo aumentar de forma exponencial as trocas econômicas entre os países. A seção final, quinta, especifica quais os principais produtos agrícolas que estão sendo comercializados entre os dois países, uma vez que suas estruturas produtivas e vantagens comparativas são distintas.

2.1 Os desafios para incorporação da China no comércio internacional

A entrada da China na OMC, no final de 2001, foi resultado de um processo político-estratégico de crescimento econômico embasado no comércio internacional. Tal posicionamento do governo chinês trouxe um desafio tanto para o país quanto para organização, uma vez que a China precisou adaptar o modelo econômico com base em princípios socialista, como a economia planificada, e assimilá-lo ao modelo de economia de mercado, o que algumas bibliografias trazem como a composição de uma economia socialista de mercado¹⁹. Em contrapartida, a OMC precisou incorporar

¹⁹ A "economia socialista de mercado" é um modelo econômico desenvolvido pela China a partir das reformas iniciadas em 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping. Esse modelo combina elementos do

a China às regras e ao monitoramento previamente estabelecidos com o fim de liberalizar o comércio internacional (Thorstensen, 2010, p. 1).

Ambos, China e OMC, enxergavam contrapontos interessantes em firmar tal relação, tendo em consideração que a segurança fornecida pelas regras da organização internacional de que as exportações chinesas realizadas não seriam discriminadas; ao passo que os membros da OMC visualizavam um mercado potencial muito grande, dada a população da China, e também a defesa de seus mercados com relação a inundação de produtos chineses (Thorstensen, 2010, p. 1).

É interessante elucidar que, para que a China pudesse ascender à organização internacional, seu modelo econômico teve de ser adaptado, como já destacado. O primeiro setor que passou por diversas reformas foi o setor agrícola, veio central na construção da análise deste trabalho e que foi aprofundado no primeiro capítulo do presente trabalho. Posteriormente, a reforma foi direcionada para o setor de investimentos e comércio internacional (Thorstensen, 2010, p. 2).

A reforma agrícola chinesa deu autonomia e uma maior renda para os produtores rurais, o que contribuiu para ganhos significativos em produtividade, fruto de planos estratégicos de mudança na estrutura fundiária, modernização de técnicas e otimização de processos no campo; refletindo de modo direto na abertura do setor de importações (Thorstensen, 2010, p. 2).

A reforma que possibilitou a liberalização do comércio internacional e do investimento na China começou em 1978, quando o governo chinês, sob a liderança de Deng Xiaoping, adotou uma série de mudanças econômicas que visavam abrir gradualmente o país à economia global. Essa abertura representou uma mudança significativa em relação ao isolamento econômico adotado pela China nas décadas anteriores, quando prevalecia a política de autossuficiência implementada sob o

socialismo, como o papel central do Estado na propriedade dos principais meios de produção, com características de uma economia de mercado, como a utilização de mecanismos de preços e a promoção de competição em setores específicos. A abordagem busca equilibrar o controle estatal com a eficiência e a inovação proporcionadas pela economia de mercado, promovendo o crescimento econômico sem abandonar os princípios socialistas. No contexto da economia socialista de mercado, o governo desempenha um papel estratégico na orientação do desenvolvimento econômico e na gestão de setores considerados fundamentais, como energia, infraestrutura e bancos. Ao mesmo tempo, o setor privado foi incentivado a crescer, especialmente em áreas manufatureiras e de serviços. Essa combinação permitiu à China alcançar taxas de crescimento econômico impressionantes, reduzindo a pobreza e transformando o país em uma das maiores economias do mundo. No entanto, o modelo enfrenta desafios, como a necessidade de reformar as empresas estatais, lidar com desigualdades econômicas crescentes e assegurar que o Estado mantenha o controle sobre setores estratégicos sem inibir o dinamismo econômico (Vogel, 2011; Naughton, 2018; Lin, 2012).

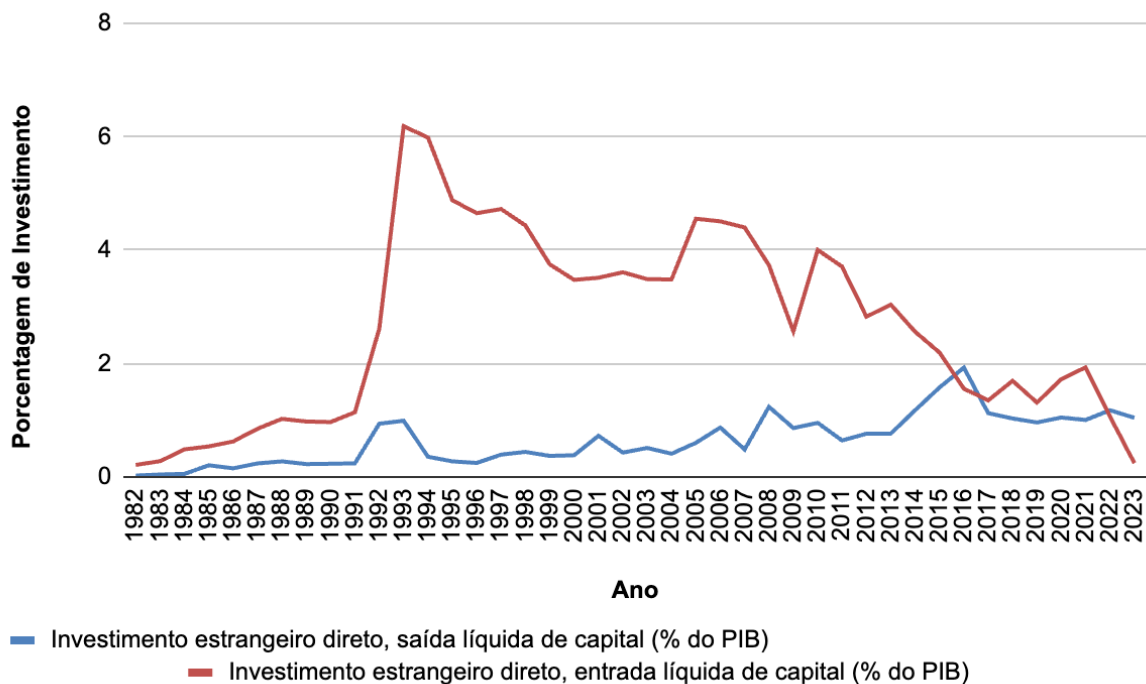
regime de Mao Tsé-Tung. O governo Deng buscava um modelo de crescimento que pudesse modernizar a economia e, ao mesmo tempo, preservar o controle do Partido Comunista sobre o país. Nesse contexto, o Estado implementou reformas para atrair capital estrangeiro, como a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)²⁰ em regiões costeiras, oferecendo incentivos fiscais e facilidades de infraestrutura para empresas estrangeiras (Vogel, 2011).

Essas zonas serviram como plataformas experimentais para testar políticas de mercado e atrair investimentos, que foram progressivamente expandidas para outras áreas do país. A reforma também envolveu a flexibilização do controle estatal sobre empresas locais, incentivando práticas mais voltadas para o lucro e a eficiência. Lin (2012) observa que, ao fomentar essa abertura econômica, a China passou a integrar-se cada vez mais às cadeias de valor globais, estabelecendo uma base industrial orientada para a exportação e aumentando o seu comércio com o Ocidente e outras regiões da Ásia.

O processo de liberalização foi reforçado com a adesão da China à OMC, evento que consolidou o país no cenário do comércio global e demandou a implementação de reformas adicionais para alinhar a economia chinesa às normas internacionais (Lin, 2012). Como resultado desta consolidação, é possível afirmar que as empresas de capital estrangeiro chegaram a ser responsáveis por 50% do comércio internacional do país e também por 84% do comércio de bens processados (Thorstensen, 2010, p. 2).

Figura 2 - Investimento estrangeiro direto, saída líquida de capital (% do PIB) e Investimento estrangeiro direto, entrada líquida de capital (% do PIB)

²⁰ As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram criadas na China em 1980 como parte das reformas econômicas promovidas por Deng Xiaoping. Localizadas em regiões costeiras estratégicas, como Shenzhen, Zhuhai, Xiamen, Shantou e a província de Hainan, as ZEEs ofereciam regimes econômicos diferenciados, com incentivos fiscais, infraestrutura aprimorada e maior flexibilidade regulatória. Essas áreas foram projetadas para atrair Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), facilitar a transferência de tecnologia e promover o desenvolvimento econômico regional, servindo como laboratórios para testar políticas de mercado antes de aplicá-las em todo o país. Os principais objetivos das ZEEs incluíam a atração de capital estrangeiro, a modernização industrial orientada para exportações e a criação de empregos. Além disso, essas zonas ajudaram a impulsionar a integração da China à economia global, contribuindo significativamente para o superávit comercial do país. Como polos de crescimento econômico e inovação, as ZEEs foram fundamentais para transformar a China em uma das principais potências econômicas do mundo (Vogel, 2011; Naughton, 2018; Lin, 2012).



Fonte: Banco Mundial, 2024 (elaboração do autor)

A transformação foi bem-sucedida em promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza em larga escala. Contudo, a abertura ao comércio e ao investimento estrangeiro trouxe novos desafios para o país, como a necessidade de reformar setores industriais menos competitivos e lidar com pressões de adaptação às práticas internacionais. Naughton (2018) destaca que a reforma do comércio internacional e do investimento foi um dos pilares que permitiram à China transformar-se em uma potência econômica global, combinando pragmatismo econômico com uma estratégia estatal forte que orientou as reformas e manteve o controle em setores estratégicos (Naughton, 2018).

2.2 A China e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)

Na assinatura do GATT²¹, em outubro de 1947, e quando o mesmo entrou em vigor, no ano de 1948, a China estava presente, sendo um dos 23 Estados que

²¹ O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, do inglês General Agreement on Tariffs and Trade), foi criado em 1947 como uma iniciativa multilateral para estabelecer normas comuns de comércio entre os países signatários, buscando a expansão do comércio internacional por meio da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. O GATT surgiu em um contexto de reconstrução econômica pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de evitar as práticas protecionistas que marcaram a década de 1930 e contribuíram para a intensificação da Grande Depressão. A partir dessa base, o GATT

ratificaram o acordo. Entretanto, a eclosão da Revolução Chinesa (1949-1976), que culminou na fundação da República Popular da China, em 1949, alterou drasticamente o rumo econômico e político do país, levando-o a retirar-se do GATT, em 1950. Sob a liderança de Mao Tsé-Tung, o governo chinês adotou uma política de autossuficiência e socialismo econômico, priorizando o controle estatal sobre o comércio e o desenvolvimento industrial autônomo, o que se opunha aos princípios liberais de mercado defendidos pelo GATT (Meisner, 1999).

A retirada da China do GATT simbolizou o rompimento com o sistema capitalista global e foi seguida por uma série de políticas voltadas para o desenvolvimento interno, como a nacionalização de empresas e a coletivização da agricultura. Durante o período da Revolução Socialista (1949-1976), o governo chinês se concentrou em desenvolver uma economia centralmente planejada, com ênfase na industrialização pesada e na criação de uma infraestrutura autônoma. Esse isolamento permitiu à China, segundo Naughton (2018), evitar pressões econômicas externas, mas ao custo de uma baixa integração com os avanços do comércio global da época. A saída do GATT foi, portanto, coerente com a ideologia de autossuficiência e independência que pautou o socialismo chinês nas primeiras décadas do regime comunista (Naughton, 2018).

Essa situação só se reverteu com as reformas de abertura econômica iniciadas por Deng Xiaoping, a partir de 1978, que marcaram o início do processo de reaproximação gradual da China com a economia internacional. O governo chinês, em 1986, solicitou ao GATT o *status* de contratante, e um Grupo de Trabalho foi estabelecido no ano seguinte para tratar do tema (Thorstensen, 2010, p. 2).

Após um processo de negociação que se estendeu por 14 anos, envolvendo a participação da China como observadora na Rodada do Uruguai²² e a assinatura da

buscava promover a liberalização gradual do comércio, estabelecendo regras claras para as trocas comerciais e incentivando a resolução de disputas comerciais de forma pacífica. Entre os principais objetivos do GATT estavam a redução progressiva de tarifas sobre produtos industriais, a eliminação de cotas de importação e a facilitação do comércio por meio da criação de um ambiente mais previsível e estável. Esse acordo organizava rodadas de negociações periódicas, nas quais os países signatários revisavam suas tarifas e compromissos de liberalização, sendo a mais famosa delas a Rodada do Uruguai (1986-1994), que levou à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 (Krugman, 2015; North, 1990; Vogel, 2011).

²² A Rodada do Uruguai foi uma das mais importantes e extensas negociações comerciais realizadas no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que durou de 1986 a 1994. Ela buscou promover a liberalização do comércio global e expandir as áreas abrangidas pelos acordos comerciais. Iniciada em Punta del Este, no Uruguai, a rodada teve como objetivo principal reduzir barreiras tarifárias e não-tarifárias, além de incluir novos temas, como comércio de serviços, propriedade intelectual,

Ata Final de Marrakech²³, a adesão formal da China à OMC foi concretizada em 2001, durante a Rodada de Doha²⁴. A reintegração ao sistema global de comércio não apenas facilitou a entrada de investimentos e o acesso a mercados internacionais, mas também consolidou a China como um dos principais atores do comércio global contemporâneo (Vogel, 2011).

2.3 Os impactos do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)

A entrada da China na OMC representou um marco importante da integração do sistema multilateral de comércio²⁵, sendo esta agora signatária de acordos e regras

medidas sanitárias e fitossanitárias e subsídios agrícolas. Um dos principais resultados da Rodada do Uruguai foi a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o GATT em 1995, estabelecendo uma estrutura institucional mais robusta para a governança do comércio internacional (Krugman; Obstfeld, 2015). Essa rodada também resultou em avanços significativos na regulamentação do comércio agrícola, um setor que anteriormente havia recebido pouca atenção nas negociações internacionais (Bagwell; Staiger, 2002).

²³ A Ata Final de Marrakech, assinada em 15 de abril de 1994, encerrou oficialmente a Rodada do Uruguai (1986-1994) e formalizou os compromissos alcançados entre as nações participantes, estabelecendo um marco para o sistema multilateral de comércio ao consolidar temas como a liberalização de bens e serviços, a proteção à propriedade intelectual (pelo Acordo TRIPS) e a criação de mecanismos de solução de controvérsias comerciais (GATT, 1994). Além disso, a Ata Final pavimentou o caminho para a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995. A partir disso, a OMC ampliou o escopo do sistema multilateral de comércio para incluir setores como agricultura e têxteis, áreas que anteriormente tinham regulamentações limitadas ou exceções no GATT. O documento foi considerado um marco histórico, pois estabeleceu uma estrutura mais robusta e integrada para as relações comerciais globais (OMC, 2024).

²⁴ A Rodada de Doha, também conhecida como Rodada de Doha para o Desenvolvimento, foi uma série de negociações comerciais promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciada em 2001, na cidade de Doha, no Catar. Seu principal objetivo era promover a liberalização do comércio global, com ênfase em beneficiar países em desenvolvimento, buscando reduzir barreiras tarifárias, subsídios agrícolas e outras práticas que dificultavam a competitividade desses países nos mercados internacionais (OMC, 2024). Entre os temas centrais da rodada estavam a redução de subsídios agrícolas por parte de países desenvolvidos, a ampliação do acesso a mercados para produtos de países em desenvolvimento e a promoção de regras comerciais mais justas e equilibradas. No entanto, as negociações enfrentaram impasses significativos, especialmente devido às divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, como no caso de subsídios agrícolas e tarifas industriais, o que levou a uma paralisação da rodada nos anos seguintes (Pires, 2018).

²⁵ O sistema multilateral de comércio internacional é um conjunto de regras, princípios e acordos que regula as relações comerciais entre países, promovendo a liberalização e a previsibilidade no comércio global. Esse sistema foi inicialmente consolidado pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, evoluindo para a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. A OMC desempenha um papel central na supervisão do cumprimento das regras comerciais, na resolução de disputas entre países e na condução de negociações para reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias. O objetivo é garantir que o comércio internacional ocorra de forma aberta, justa e previsível, fomentando o crescimento econômico global (Naughton, 2018; Bagwell, 2002; Lin, 2012).

que atuam há ao menos sessenta anos na organização. A população da China à época representava aproximadamente 1,3 bilhões de pessoas, cerca de 20% da população mundial, e significava um mercado abundante, repleto de mão de obra e com incentivos fiscais e subsídios que eram concebidos pelo governo (Thorstensen, 2010, p. 4).

A estratégia chinesa para ingressar na OMC também foi baseada no fato de que, se o país optasse por não adentrar nesse circuito de comércio internacional, sofreria com restrições que afetariam diretamente sua economia. Como exemplo, em 2005, encerrou-se o período de transição para a eliminação das quotas que limitavam as exportações de têxteis, como parte da liberalização comercial promovida pela Rodada Uruguai no âmbito do GATT. O Acordo sobre Têxteis²⁶, resultado dessas negociações, substituiu o antigo Regime Multifibras²⁷, que impunha restrições rigorosas às exportações. Essa mudança marcou uma oportunidade estratégica para os países exportadores, incluindo a China, que precisava estar plenamente integrada à OMC para se beneficiar das novas regras (Thorstensen, 2010, p. 4).

²⁶ O Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV), estabelecido no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) durante a Rodada Uruguai, teve como objetivo integrar o comércio global de produtos têxteis e vestuário às regras do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Em vigor a partir de 1995, o ATV propôs um período de transição de 10 anos para eliminar progressivamente o sistema de cotas do Acordo Multifibras (AMF), que restringia as exportações desses produtos de países em desenvolvimento para mercados de países desenvolvidos. Em 2005, o ATV culminou na liberalização completa do setor, favorecendo nações exportadoras como China, Índia e Bangladesh (OMC, 1995; Chang, 2005). Apesar de promover maior abertura comercial, o ATV também gerou desafios significativos. Países desenvolvidos enfrentaram dificuldades para competir com os preços reduzidos dos produtos têxteis oriundos de economias emergentes, levando à desindustrialização em alguns setores locais. Por outro lado, a eliminação das cotas fortaleceu a competitividade global e abriu novas oportunidades para os exportadores dos países em desenvolvimento, consolidando sua posição nos mercados internacionais de têxteis e vestuário (OMC, 1995; Chang, 2005).

²⁷ O Regime Multifibras (MFA - Multi-Fibre Arrangement) foi um acordo internacional estabelecido em 1974 e vigorou até 2004, regulando o comércio mundial de produtos têxteis e de vestuário (Santos, 2010). Esse regime autorizava os países importadores, principalmente os países desenvolvidos, a impor restrições quantitativas (cotas) às importações de produtos têxteis e de vestuário de países em desenvolvimento, sob o argumento de proteger suas indústrias domésticas da concorrência estrangeira (Silva, 2015). Na prática, o MFA desviava o princípio básico de livre comércio da GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), permitindo políticas protecionistas em um setor altamente sensível para muitos países, com implicações significativas para o comércio global (Ferreira, 2018). De um lado, ofereceu aos países desenvolvidos a oportunidade de proteger suas indústrias têxteis da concorrência mais barata dos países em desenvolvimento. Por outro lado, limitou o potencial de crescimento econômico de países exportadores, especialmente aqueles na Ásia, que dependiam fortemente das exportações têxteis como fonte de receita e emprego (Almeida, 2017). O Regime Multifibras foi extinto em 2004, quando foi substituído pelo Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que eliminou gradativamente as cotas ao longo de uma década, promovendo um comércio mais livre e competitivo no setor (Lima, 2019).

A adesão da China à OMC foi essencial para que o país expandisse sua participação no comércio internacional de têxteis, através do Acordo sobre Têxteis. Caso permanecesse fora da organização, suas exportações continuariam limitadas pelas quotas do Regime Multifibras, comprometendo o crescimento de um setor econômico relevante. Assim, o ingresso na OMC consolidou o papel da China como um dos maiores exportadores globais, aproveitando as condições mais favoráveis estabelecidas pela liberalização comercial (Thorstensen, 2010, p. 4).

Os compromissos assumidos pela China para entrada na OMC estão representados em dois documentos, que são o Protocolo de Acesso da China à OMC (WT/MIN(01)/3) (2001) e o Relatório do Grupo de Trabalho, criado em 1987. O primeiro documento referido (Protocolo de Acesso) tratou de negociar com 37 países quais seriam os compromissos assumidos pela China para que houvesse adesão, discutindo assuntos como liberalização do segmento de serviços e redução de tarifas. O segundo documento tratado (Relatório do Grupo) debateu a forma como as regras multilaterais seriam aplicadas para o território sino (Thorstensen, 2010, p. 4).

O Protocolo de Acesso da China à Organização Mundial do Comércio, identificado como WT/MIN(01)/3, oficializou a entrada da China na OMC, em 2001, após cerca de quinze anos de negociações. Esse protocolo detalhou os compromissos específicos assumidos pela China para adequar-se às normas do sistema multilateral de comércio. Entre os principais aspectos tratados, destacaram-se as reformas tarifárias, a abertura de mercados, a proteção à propriedade intelectual e a transparência regulatória (Naughton, 2018). O documento estabeleceu que a China reduziria progressivamente as tarifas de importação sobre produtos agrícolas e industriais, promovendo uma maior integração comercial com outros membros da OMC (Bown, 2009).

Além disso, o protocolo abordou a questão das empresas estatais e sua influência na economia chinesa. A China comprometeu-se a garantir que essas empresas atuassem de maneira comercial, sem distorções causadas por subsídios ou políticas governamentais desleais. Outro ponto crítico foi a adoção de regras rigorosas sobre propriedade intelectual, em conformidade com o Acordo TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*)²⁸, para proteger inovações estrangeiras e

²⁸ Acordo TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), implementado em 1995 como parte do marco da Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelece padrões mínimos para a

incentivar a transferência de tecnologia (Bown, 2009). Também foi prevista uma cláusula que permitia aos outros membros da OMC utilizar metodologias diferenciadas para calcular *antidumping* em produtos chineses, considerando as características específicas de sua economia em transição (Vogel, 2011).

O protocolo também enfatizou a necessidade de transparência, obrigando a China a publicar todas as suas leis, regulamentos e políticas relacionados ao comércio, facilitando o acesso a essas informações pelos parceiros comerciais. Esse compromisso visava reduzir incertezas e fomentar a confiança no sistema econômico chinês como parte do comércio global (Naughton, 2018). No geral, o Protocolo de Acesso não apenas formalizou a integração da China na OMC, mas também estabeleceu regras específicas para abordar os desafios e as complexidades de sua economia socialista de mercado (Vogel, 2011).

O Relatório do Grupo de Trabalho tratou de questões como a redução de tarifas sobre bens industriais e agrícolas, a eliminação de subsídios à exportação e a abertura de mercados específicos, incluindo serviços financeiros, telecomunicações e distribuição. Além disso, destacou compromissos sobre transparência regulatória, garantindo que as leis e regulamentos comerciais fossem publicados e acessíveis. A China também concordou em limitar o uso de práticas discriminatórias e não-tarifárias, como as licenças de importação. Outro ponto significativo foi o compromisso de proteger a propriedade intelectual, em conformidade com o Acordo TRIPS (Bown, 2009).

O Relatório reconheceu ainda o papel dominante do Estado na economia chinesa, o que gerou a inclusão de cláusulas específicas para abordar subsídios e práticas comerciais consideradas desleais. Isso resultou em condições diferenciadas,

proteção e aplicação de direitos de propriedade intelectual em nível global. Ele abrange áreas como patentes, marcas, direitos autorais e desenhos industriais, buscando harmonizar as legislações dos membros da OMC e promover um equilíbrio entre os direitos dos titulares e o interesse público. Entre suas exigências, destacam-se a proteção de patentes por um período mínimo de 20 anos e a garantia de que essas regras sejam aplicadas em todos os setores, incluindo indústrias farmacêuticas e biotecnológicas. Para países em desenvolvimento, como a China em sua entrada na OMC, o TRIPS ofereceu prazos de transição para adequação às normas, facilitando a atração de investimentos e a transferência de tecnologia. O acordo também introduziu mecanismos para a resolução de disputas relacionadas à propriedade intelectual dentro do sistema multilateral de comércio. Apesar de incentivar a inovação globalmente, o TRIPS gerou debates sobre suas implicações, especialmente em países menos desenvolvidos, com destaque para questões como o acesso a medicamentos essenciais e a proteção de conhecimentos tradicionais. Para a China, a adaptação ao TRIPS foi um componente estratégico de sua adesão à OMC, contribuindo para sua integração no comércio global e para a modernização de seu sistema jurídico e econômico (Bown, 2009; Naughton, 2018; Vogel, 2011).

como a possibilidade de outros membros da OMC utilizar métodos alternativos para calcular *antidumping* contra produtos chineses, até que o país fosse plenamente considerado uma economia de mercado (Naughton, 2018). Esses compromissos garantiram a integração da China ao comércio global, mas também levantaram desafios para o sistema multilateral, especialmente em relação ao equilíbrio entre economias emergentes e desenvolvidas (Vogel, 2011).

2.4 As relações comerciais agrícolas Brasil e China

A fim de tratar de relações comerciais agrícolas entre a China e o Brasil, vale um retrospecto sobre a economia nacional do país lusófono. O histórico econômico brasileiro evidencia um caráter constante de progresso econômicos associados à produção/exportação de produtos primários, como, por exemplo, o pau-brasil, o ouro, a cana-de-açúcar, a borracha e o café. O ponto comum de tais matérias primas era o abastecimento do mercado externo, geralmente o europeu (Prado Júnior, 2011; Holanda, 2014).

O Brasil passou por três revoluções agrícolas, cada qual com suas características, impulsionando novas tecnologias, políticas públicas e adaptações às demandas internas e externas. Embora esse não seja o ponto central do trabalho, os modelos de produção adotados pelo país foram responsáveis pela estruturação da sociedade e continuam impactando nas diretrizes político-econômicas.

A primeira revolução agrícola brasileira, que ocorreu entre os anos 1960 e 1980, foi marcada por uma modernização tecnológica impulsionada pelo Estado por meio de crédito rural subsidiado e políticas públicas voltadas à mecanização e ao uso de insumos químicos. Apesar do aumento da produtividade, as estruturas fundiárias permaneceram conservadoras, mantendo a concentração de terras. Essa modernização esteve fortemente atrelada à produção de bens de exportação, como café, açúcar e soja, ao mesmo tempo que fomentava o crescimento do mercado interno (Delgado, 2012).

Dado o fato de que a grande propriedade e a produção agrícola de monocultura sempre estiveram presentes, a modernização de décadas de 1960 e 1970 foi baseada em preceitos da Revolução Verde e levou indústrias ao campo (Tixiliski, 2023, p. 7). A modernização experimentada durante o período militar tinha por objetivo "[...] (a) liberar mão de obra para a indústria; (b) gerar oferta adequada de alimentos; (c) suprir

matérias-primas para indústrias; (d) elevar as exportações agrícolas; (e) transferir renda real para o setor urbano" (Delgado, 2005, p. 30 apud Tixiliski, 2023, p. 7).

Nesse período, houve a integração entre os setores financeiro, industrial e agrícola através da Política de Garantia de Preço Mínimos (PGPM), do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o propósito de dar ordem à agricultura, aumentando a produtividade para atender ao comércio internacional. Tais ações fizeram aumentar exponencialmente a utilização de fertilizantes e máquinas agrícolas, ocasionando também um efeito crescente na apropriação e especulação de terras (Delgado, 2005, p. 30 apud Tixiliski, 2023, p. 7).

A segunda revolução agrícola, ocorrida nos anos 1990, coincidiu com o avanço da globalização e da abertura econômica. Esse período marcou a consolidação do agronegócio no Brasil, com maior integração às cadeias globais de produção. A financeirização da agricultura ganhou força, tornando o capital financeiro central para o setor, tanto no financiamento quanto em fusões e aquisições de grandes conglomerados agroindustriais. O período também testemunhou a expansão de *commodities* como soja e carnes, fortalecendo o Brasil como exportador global, mas subordinando pequenos produtores às grandes corporações (Delgado, 2012).

A terceira revolução agrícola, que teve início nos anos 2000, consolidou o modelo do agronegócio brasileiro sob a hegemonia do capital financeiro. Fundos de investimento, multinacionais e bancos passaram a dominar o setor, promovendo a expansão da produção para novas fronteiras agrícolas, como o cerrado e a Amazônia. Essa expansão atendeu à crescente demanda global por *commodities*, mas trouxe consigo desafios, incluindo aumento do desmatamento, conflitos fundiários e exclusão social (Delgado, 2012).

Todo esse processo de modernização referido acima é notório quando se compara a evolução da quantidade de área plantada e volume em toneladas que foi colhido em cada ano-safra, por exemplo. Segundo Tixiliski (2023, p. 7), a produção de milho passou de 19 para 86 milhões de toneladas, entre 1977 e 2020; no mesmo período, de 11 milhões de hectares, passou a 19 milhões de hectares.

2.4.1 Os regimes alimentares internacionais no contexto Brasil-China

A relação entre os regimes alimentares internacionais²⁹ e os seus respectivos aspectos será traçada nos parágrafos abaixo, pois, na medida em que Brasil e China desenvolveram suas principais características, processos e metas agrícolas, foi possível costurar a relação específica entre os países (Tixiliski, 2023, p. 7). Tal linha argumentativa fará mais sentido depois que a expansão econômica chinesa e a alteração da dieta do país for interligada a produção brasileira de *commodities*.

Ao aprofundar o tema dos regimes alimentares internacionais situados no período de análise do trabalho, que se inicia em 1950, tem-se em curso a segunda fase do regime. A segunda etapa, conhecida como o Regime Alimentar Fordista, emergiu no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e se estendeu até os anos 1970. Esse regime é caracterizado pela centralidade das agriculturas nacionais e pela forte intervenção estatal na organização da produção e distribuição de alimentos. Governos de países centrais incentivaram a industrialização da agricultura, com o uso crescente de insumos químicos, mecanização e pacotes tecnológicos que elevaram a produtividade (Friedmann; McMichael, 1989).

Nesse período, houve uma expansão significativa das políticas de subsídios agrícolas e do protecionismo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Essas medidas tinham o objetivo de garantir a segurança alimentar nacional e criar mercados internos estáveis. Além disso, as instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), desempenharam um papel no suporte a projetos agrícolas em países em desenvolvimento, muitas vezes promovendo modelos industriais de agricultura (Friedmann; McMichael, 1989).

No entanto, esse regime começou a enfrentar tensões à medida que a superprodução agrícola gerava estoques excessivos e desequilíbrios nos mercados

²⁹ Um regime alimentar internacional refere-se ao conjunto de práticas, normas e instituições que estruturam o sistema global de produção, distribuição e consumo de alimentos, estabelecendo relações de interdependência entre países no comércio de alimentos. Essas estruturas incluem fatores como o controle de recursos naturais, a definição de padrões de produção e consumo, e as implicações de tais dinâmicas na segurança alimentar e ambiental. Tais regimes também refletem desigualdades estruturais, evidenciando as relações de poder entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, além de evoluírem em resposta a crises globais, como mudanças climáticas e insegurança alimentar (Friedmann; McMichael, 1989; FAO, 2020). Esses regimes são influenciados pela globalização e pelas políticas internacionais que moldam o setor agrícola, com a atuação de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Conforme McMichael (2013), os regimes alimentares não apenas regulam as trocas comerciais, mas também moldam padrões de produção e consumo em escala global, criando dinâmicas que podem tanto agravar quanto mitigar desigualdades no setor agrícola.

globais. A crise do petróleo nos anos 1970 e a crescente globalização econômica desestabilizaram as bases do regime fordista, preparando o terreno para uma transição (Friedmann; McMichael, 1989).

A terceira etapa, que Friedmann e McMichael (1989) chamam de “regime alimentar corporativo”, surge nos anos 1980, como uma resposta às crises do regime anterior. Nessa fase, a agricultura foi progressivamente integrada às cadeias globais de produção, dominadas por corporações transnacionais. O foco mudou de políticas nacionais para uma organização global da produção e comércio de alimentos, mediada por instituições multilaterais justamente como a OMC (Friedmann; McMichael, 1989).

Esse regime é marcado pela liberalização comercial, privatização e desregulamentação, que permitiram às corporações controlar etapas cruciais das cadeias produtivas, desde a produção até a distribuição e comercialização. A soja, por exemplo, tornou-se um exemplo emblemático desse processo, com sua produção expandindo em países como Brasil e Argentina para atender à demanda de mercados como a China (Friedmann; McMichael, 1989).

Os impactos sociais e ambientais desse regime são amplamente debatidos. Ele ampliou desigualdades, deslocou pequenos agricultores e intensificou práticas agrícolas insustentáveis. Ao mesmo tempo, fortaleceu a dependência alimentar de países importadores, ao passo que os exportadores se especializaram em monoculturas voltadas para o mercado global (Friedmann; McMichael, 1989).

O processo de expansão econômica da China, que alterou a estrutura produtiva agrária do país, bem como o crescimento econômico acelerado, aliado à urbanização e ao aumento da renda per capita, transformou a dieta chinesa, promovendo uma transição do consumo tradicional de cereais para uma dieta mais rica em proteínas animais, como carne suína, bovina e aves, além de produtos lácteos (Huang; Yang, 2017). Esse aumento de demanda trouxe desafios à capacidade produtiva doméstica, que se mostrou insuficiente para atender ao consumo interno, especialmente devido às limitações territoriais e ambientais para a expansão agropecuária (Christoffoli; Almeida, 2023).

Nesse contexto, o Brasil emergiu como um dos principais parceiros comerciais da China no setor de agronegócio, especialmente no fornecimento de soja e carne bovina. A soja desempenha um papel crucial na cadeia produtiva chinesa, sendo

utilizada majoritariamente na alimentação animal, para suprir a crescente demanda por carnes. Entre os anos 2000 e 2020, as exportações brasileiras de soja para a China registraram um crescimento exponencial, consolidando a relativa dependência mútua entre os dois países no setor agrícola (Escher, 2022; Christoffoli; Almeida, 2023).

A produção agrícola brasileira pode ser considerada central para a sustentação da economia nacional, dado que os eixos de desenvolvimento do país estão interligados à expansão das zonas econômicas e dos corredores comerciais do setor, refletindo diretamente nas decisões políticas que são tomadas, as quais, por sua vez, impactam o setor externo, pelo fato do Brasil representar um ponto focal dos regimes alimentares internacionais (Tixiliski, 2023, p. 8-9).

A relação entre Brasil e China é sólida, segundo Tixiliski (2023), desde 1974, quando o governo brasileiro reconheceu a República Popular da China (Tixiliski, 2023, p. 10). Com o passar do tempo e o estreitamento dos laços, as exportações brasileiras saíram de US\$ 1 bilhão para US\$ 104 bilhões, se comparados os anos de 1997 e 2023; representando um saldo positivo de US\$ 51 bilhões na balança comercial brasileira no ano de 2023 (MDIC, 2023).

2.5 Os principais produtos agrícolas comercializados entre Brasil e China

O comércio internacional entre China e Brasil tem mostrado um crescimento expressivo, com uma taxa média anual de 30%, consolidando o Brasil como o principal parceiro comercial da China nas Américas. Ao mesmo tempo, a China se mantém pelo 11º ano consecutivo como o país com o maior volume de transações comerciais realizadas com o Brasil (IPEA, 2022).

Os produtos agrícolas chineses mais importados pelo Brasil refletem uma relação comercial baseada na especialização produtiva da China e na demanda brasileira por itens específicos. O principal destaque é o alho, que lidera as importações. O alho chinês, conhecido por sua relação custo-benefício, domina o mercado brasileiro, abastecendo tanto o consumo doméstico quanto a indústria alimentícia. A competitividade do alho chinês dificultava o crescimento da produção nacional nesse segmento, tornando o Brasil dependente desse produto (IPEA, 2022). Porém, em termos de volumes, o Brasil tem reduzido suas importações de alho chinês nos últimos anos, especialmente após a pandemia de Covid-19 (2019-2023) e o

aumentado da produção nacional. Contudo, o alho chinês continua a ser uma ameaça no mercado, especialmente caso as tarifas *antidumping* não sejam renovadas (ANAPA, 2020).

Outro item relevante é o chá, no qual a China se posiciona como uma das principais exportadoras mundiais. O Brasil importa diferentes variedades de chá, com destaque para aquelas utilizadas na produção de bebidas industrializadas e no consumo especializado. A qualidade e a diversidade do chá chinês garantem sua presença significativa no mercado brasileiro (IPEA, 2022).

Além disso, os cogumelos e produtos relacionados têm conquistado espaço no Brasil, especialmente no setor de alta gastronomia e na indústria alimentícia. Esse segmento atende a nichos específicos do mercado brasileiro, evidenciando a complementaridade entre as cadeias produtivas dos dois países (IPEA, 2022).

Esses produtos ilustram a importância das relações comerciais agrícolas entre Brasil e China, que vão além das *commodities* tradicionais, abrangendo itens de alto valor agregado e importância estratégica para ambos os mercados (IPEA, 2022).

Os principais produtos agrícolas exportados para a China incluem soja, milho, carne bovina e carne de frango. Sendo a soja o principal produto exportado pelo Brasil para a China, responsável por uma parcela significativa do comércio bilateral. A demanda chinesa por soja é impulsionada pela necessidade de alimentar sua vasta produção de suínos e aves, especialmente para a fabricação de rações. O Brasil tornou-se o maior fornecedor mundial de soja para a China, com destaque para os grãos não-triturados, que constituem a maior parte das exportações no setor (IPEA, 2022). A soja brasileira integra centralmente um regime alimentar entre China e Brasil.

Figura 3 - Exportação do complexo soja³⁰ para a China (1997-2023)³¹

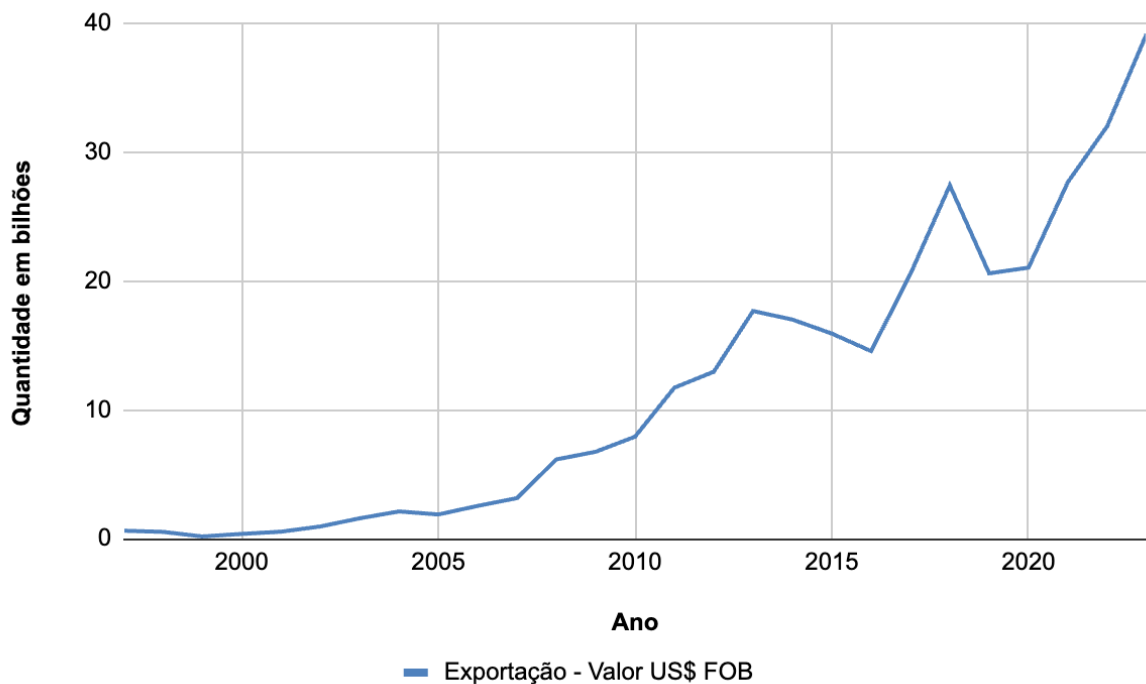
³⁰ O complexo soja para exportação é composto por produtos derivados da cadeia produtiva da soja destinados ao mercado externo, abrangendo três principais categorias. Os grãos de soja (mesmo triturados) constituem a maior parte das exportações, sendo utilizados como matéria-prima em indústrias alimentícias e na produção de rações para animais. O óleo de soja e seus derivados, refinado ou bruto, tem aplicações no consumo humano e industrial, incluindo a produção de biodiesel. Por fim, o farelo de soja, um resíduo da extração do óleo, é amplamente empregado na alimentação animal, especialmente no setor pecuário (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2024).

³¹ Para gerar o gráfico, foram compilados os valores de exportação dos seguintes SH's:

1201 - Soja, mesmo triturada;

1507 - Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados;

2304 - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2024 (elaboração do autor)

O milho, embora com menor participação em relação à soja, também tem ganhado importância nas exportações brasileiras para a China. Esse cereal é utilizado majoritariamente como ração animal, impulsionado pela rápida expansão das indústrias de carne suína, avícola e de peixes, setores cruciais para atender à demanda por proteínas da população em ascensão e em urbanização contínua (IPEA, 2022; USDA, 2023).

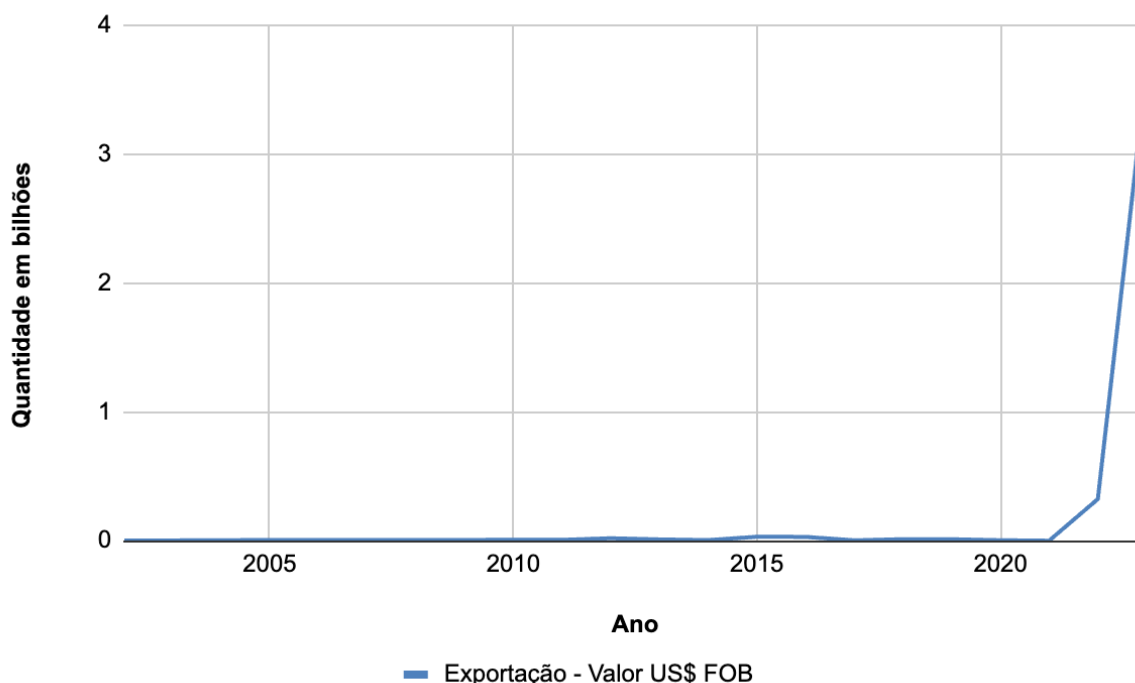
O setor de rações consome cerca de 70% do milho produzido na China, refletindo a importância do cereal na cadeia produtiva de carnes e produtos lácteos. Além disso, uma parcela significativa do milho é destinada à produção de etanol, o que coloca o cereal também como um recurso energético estratégico. Esse uso multifuncional eleva a pressão sobre os estoques internos, fazendo com que o país, por vezes, recorra às importações para equilibrar o mercado doméstico e atender à demanda crescente (FAO, 2022).

Outro fator que destaca a importância do milho na China é a sua contribuição para a segurança alimentar e estabilidade política. O governo chinês estabelece políticas para manter estoques estratégicos do grão e regular o mercado, especialmente em períodos de alta volatilidade nos preços globais. Essas medidas

são alinhadas à política nacional de “autossuficiência moderada”, que busca minimizar a dependência de importações de grãos básicos (Huang; Rozelle, 2020).

Nos últimos anos, o Brasil tem se tornado um dos principais fornecedores de milho para a China, especialmente após a intensificação das relações comerciais entre os dois países. Essa parceria atende à crescente necessidade chinesa de diversificar suas fontes de abastecimento e fortalecer a segurança alimentar em um contexto global marcado por desafios logísticos e mudanças climáticas (IPEA, 2022).

Figura 4 - Exportação de milho para a China (2002 - 2023)³²



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2024 (elaboração do autor)

As carnes, especialmente bovina e de frango, são outro componente crucial do comércio agrícola entre Brasil e China. O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina e um dos maiores produtores de carne de frango, atendendo à crescente urbanização e ao aumento da renda da população chinesa, que tem levado à diversificação das dietas e ao maior consumo de proteínas animais (IPEA, 2022).

³² Para gerar o gráfico, foi compilado os valores de exportação dos seguintes SH's: 1005 – Milho.

A utilização de carnes na China está diretamente ligada a mudanças significativas na dieta da população e à modernização da economia chinesa nas últimas décadas. O aumento do consumo de carne reflete tanto o crescimento econômico quanto as mudanças culturais e demográficas, como a urbanização e a ascensão de uma classe média com maior poder aquisitivo. Esse contexto torna a China um dos maiores mercados globais para proteínas animais (IPEA, 2022; MAPA, 2024).

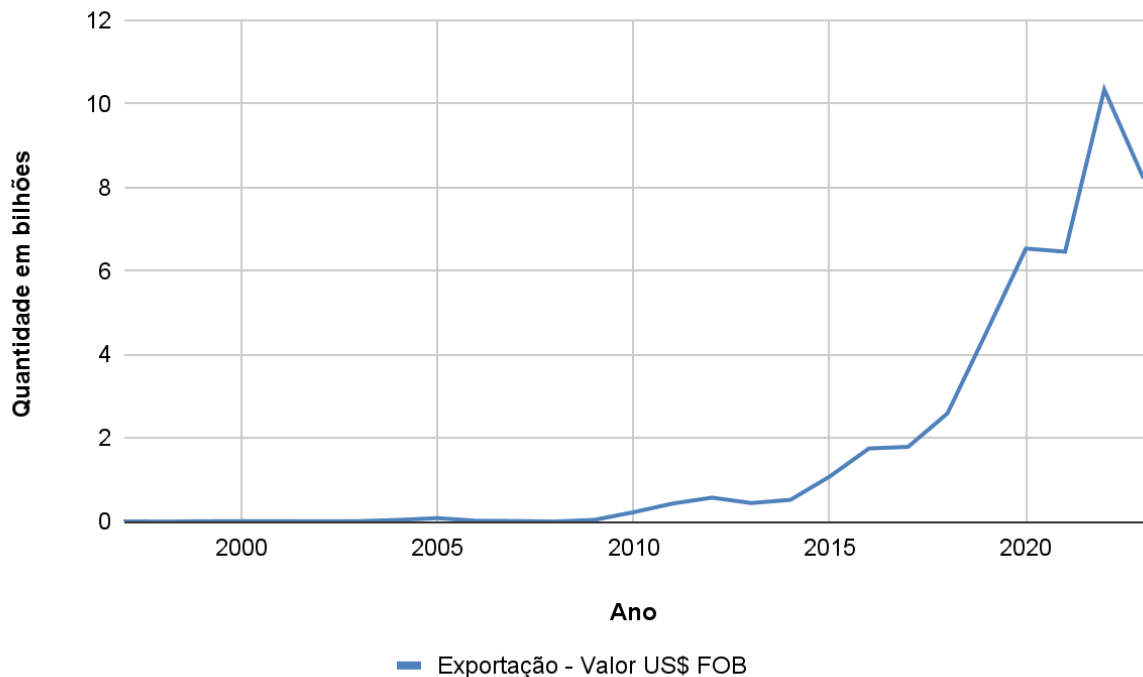
A carne bovina, considerada uma das mais nobres, é amplamente utilizada na China em pratos tradicionais, especialmente nas regiões urbanas. Seu consumo aumentou devido ao crescimento da classe média chinesa, que busca diversificar a dieta. Apesar de a China ter uma produção significativa de carne bovina, o país depende de importações para atender a sua enorme demanda interna. O Brasil desempenha um papel crucial nesse fornecimento, sendo o maior exportador global do produto e um parceiro estratégico da China (IPEA, 2022).

A carne de frango é mais acessível e amplamente consumida em todas as regiões da China. É usada em uma variedade de pratos tradicionais e modernos, sendo um ingrediente versátil nas culinárias regionais. O Brasil é um dos maiores fornecedores deste produto para o mercado chinês, aproveitando-se de sua eficiência produtiva e capacidade de atender às exigências sanitárias chinesas (IPEA, 2022; MAPA, 2024).

Embora o foco principal das exportações brasileiras esteja na carne bovina e de frango, a carne suína merece destaque, pois é a mais consumida na China. O país asiático lidera a produção e o consumo global desse tipo de carne, mas enfrenta desafios relacionados à peste suína africana e à modernização do setor agropecuário, o que aumenta sua dependência de importações para suprir a demanda interna (IPEA, 2024).

Figura 5 - Exportação da carne de frango, bovinos e suínos para a China (1997-2023)³³

³³ Para gerar o gráfico, foram compilados os valores de exportação dos seguintes SH's:
0201 - Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas;
0202 - Carnes de animais da espécie bovina, congeladas;
0203 - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas;
0207 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105.



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2024 (elaboração do autor)

O crescimento do consumo de carnes na China também reflete a transição alimentar de uma dieta tradicional, baseada em grãos e vegetais, para uma dieta mais rica em proteínas de origem animal. Essa mudança é impulsionada por fatores como a urbanização, que reduz o cultivo de alimentos em pequena escala, e pela adoção de hábitos alimentares globais (IPEA, 2022; MAPA, 2024).

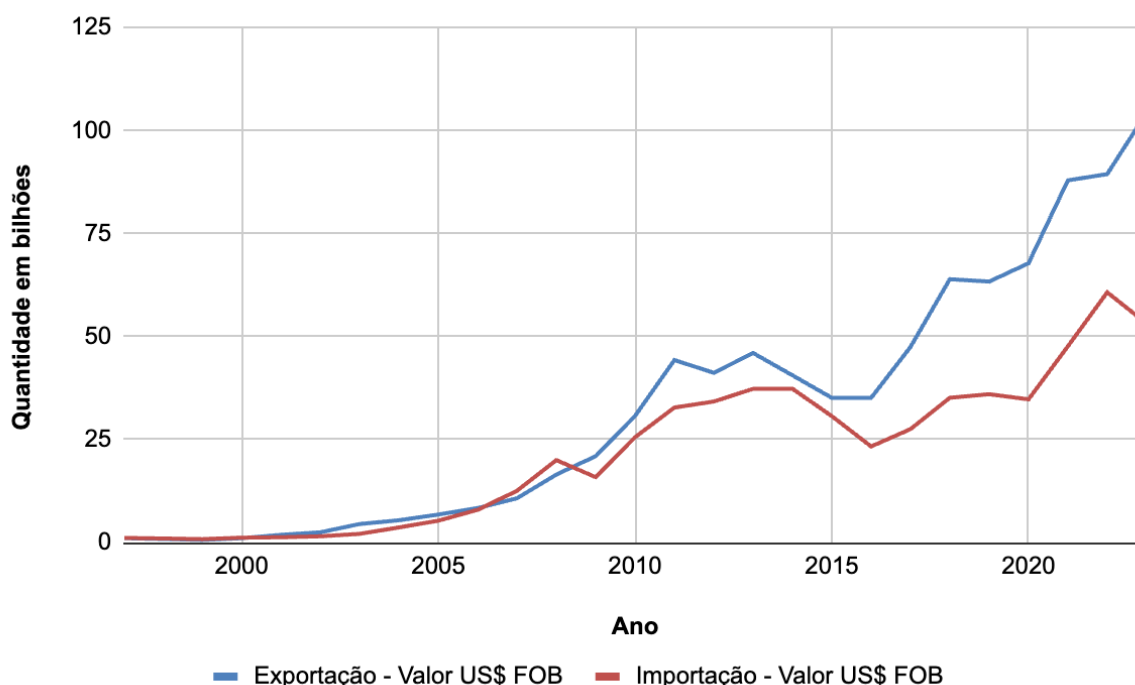
Além dos principais produtos, outros itens como celulose e açúcar também têm relevância nas exportações brasileiras para a China. Esses produtos refletem a diversificação da pauta exportadora brasileira e o papel estratégico da China como mercado de destino. O comércio agrícola entre Brasil e China é sustentado por uma complementaridade estrutural: o Brasil, como grande produtor de *commodities*, supre a demanda chinesa, que se mantém em expansão devido ao crescimento populacional e à modernização de sua economia (IPEA, 2022).

As relações econômicas entre o Brasil e a China são consideradas de relativa mútua dependência, uma vez que o mercado chinês depende, em partes, do agronegócio brasileiro. A produção brasileira de grãos é convertida em ração animal para alimentar porcos e aves, principalmente. A China estabelece e fortalece a relação comercial com o Brasil assentada em um projeto político estruturado, no qual as

importações de *commodities* não são um fim em si mesmas. O Brasil, entretanto, não tem estruturado um modelo através do qual a exportação de matéria-prima seria parte componente de um plano político, social e economicamente programado (Christoffoli; Almeida, 2023, p. 130-131).

O agronegócio brasileiro é o maior parceiro comercial da China. A produção de monoculturas em larga escala serve para abastecer o território sino e suas cadeias produtivas que necessitam do suprimento brasileiro (Thorstensen, 2010, p. 12-13).

Figura 6 - Exportações e Importações feitas com a China (1997-2023)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2024 (elaboração do autor)

CAPÍTULO 3 – O COMPLEXO SOJA-CARNE ENTRE BRASIL E CHINA

Este capítulo final servirá para consolidação das informações e conceitos aplicados ao longo do presente trabalho, por meio de uma análise metodológica comparativa³⁴ e relacional³⁵. Os dados secundários utilizados para a exposição são oriundos de revisão bibliográfica, construindo umnexo sobre o complexo soja-carne entre Brasil e China. Para tal, o capítulo será dividido em três seções.

A primeira seção aborda a transição alimentar chinesa, detalhando acerca dos processos de dieta de classe, de reestruturação da produção e das indústrias de carne, bem como das indústrias de rações e os desafios da Política Alimentar Chinesa. A segunda seção discorre sobre o chamado “*boom das commodities*”, a expansão produtiva, de área plantada e exportações de soja e também sobre a especulação fundiária brasileira. A terceira seção do trabalho tratará dos investimentos chineses aportados no agronegócio brasileiro e nas estratégias empregadas.

3.1 As dietas de classe, a reestruturação das indústrias de carne e rações e os desafios da Política Alimentar Chinesa

Uma vez que o tema dos regimes alimentares já foi abordado anteriormente, torna-se possível tratar sobre o complexo soja-carne entre Brasil e China, que se iniciou após a entrada do país asiático na OMC. As relações agroalimentares globais foram alteradas com o ingresso da China na organização internacional e os interesses

³⁴ A metodologia comparativa é uma abordagem de pesquisa que visa comparar diferentes fenômenos, processos ou contextos para identificar padrões e variações. Utilizada amplamente nas ciências sociais, essa metodologia pode ser qualitativa ou quantitativa e permite a construção de teorias aplicáveis a diferentes cenários. Os estudos comparativos podem focar em um único caso ou em múltiplos casos, dependendo do objetivo do pesquisador, sendo comuns na análise de políticas públicas, regimes políticos e sistemas econômicos. A comparação histórica, por sua vez, examina fenômenos ao longo do tempo, oferecendo uma compreensão mais profunda sobre as mudanças sociais e políticas (Ragin, 1987; Mahoney; Rueschemeyer, 2003).

³⁵ A metodologia relacional é uma abordagem que visa entender os fenômenos a partir das interações e relações que se estabelecem entre os elementos de um determinado sistema. Ao contrário de abordagens mais tradicionais, que podem se concentrar apenas nos aspectos individuais ou isolados dos fenômenos, a metodologia relacional destaca a importância das conexões e dos fluxos entre diferentes agentes ou fatores. Essa abordagem é particularmente útil em estudos que envolvem sistemas complexos, como os sociais, econômicos ou ambientais, onde as dinâmicas de interdependência entre as partes influenciam diretamente os resultados. No contexto de pesquisa acadêmica, a metodologia relacional pode ser aplicada de diversas maneiras, desde o estudo de redes sociais e suas influências, até a análise das relações de poder ou das trocas econômicas entre países. A metodologia propõe, portanto, uma análise integrada, que valoriza as interações como elementos cruciais para a compreensão do objeto de estudo (Castells, 1999; Foucault, 2000).

dos Estados nacionais envolvidos no processo, principalmente o da China, assim como o interesse das indústrias alimentares e corporações do agronegócio alavancaram no país uma mudança de hábitos alimentares; de dieta de classe e também o reordenamento da indústria de carne (particularmente a suína) e de rações, mudanças estas, que já estavam em curso. Quase *pari passu*, o Brasil assistia uma expansão massiva da área plantada, na produção e exportação de soja para a China, sendo esse período referido como “*boom das commodities*” (Escher; Wilkinson, 2019, p. 658).

A comida na China compõe um traço identitário da cultura da população, uma vez que, historicamente, o país foi constituído como uma civilização agrícola. Por possuir um vasto território, é evidente que a disponibilidade de alimento varia por região; contudo, o desenvolvimento econômico pelo qual o país tem passado está dando vazão a uma “transição nutricional” (Escher; Wilkinson, 2019, p. 658).

O padrão de consumo alimentar na China tem mudado, estando hoje já mais próximo ao dos países do norte global. O antigo padrão de consumo de 8:1:1, representando oito partes de grãos, uma de carnes-peixes e uma de vegetais-frutas está dando lugar ao padrão 4:3:3, ou seja, quatro partes de grãos, três de carnes-peixes (e ovos e leite) e três de vegetais-frutas. Essa transição alimentar irá se concluir entre 2015 e 2025, se a renda chinesa continuar aumentando, muito embora seu ritmo de crescimento tenha caído nos últimos 30 anos (Escher; Wilkinson, 2019, p. 662).

Uma conjuntura de fatores está determinando essa transição, para além do aumento da renda. A taxa de urbanização do país saltou de 18%, no ano de 1980, ultrapassando a marca dos 50%, em 2010 (China Statistical Yearbook, 2015 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 662). O número de pessoas abaixo da linha da pobreza de US\$ 1,25 ao dia, reduziu de 63,8%, em 1992, para menos de 1%, em 2019 (World Bank, 2019 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 662). O gasto domiciliar *per capita* com comida aumentou 15 vezes nas regiões urbanas e 22 vezes nas zonas rurais (Garnett; Wilkes apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 662).

A política chinesa de reformas e abertura transformou a economia e a sociedade, associando o consumo de carne a um distintivo classificador, determinando a identidade de classe dos seus consumidores. Entre meados dos anos 1980 e 2010, o consumo de carne *per capita* na China quadruplicou, atingindo 61 kg por pessoa. Para nivelar o raciocínio, vale destacar que a média global é de 42 kg,

embora os Estados Unidos consumam quase o dobro da quantidade chinesa, um número médio de 120 kg. O consumo chinês está bem próximo aos 73 kg médios ingeridos pelos brasileiros (Schneider, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 662). A China é o país que mais consome e também produz carne suína³⁶ no mundo, chegando a significar mais de 50% do total global, consumindo uma média *per capita* de 39 kg, com previsão para atingir 50 kg no ano de 2025 (Wilkinson *et al.*, 2015 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 663).

Tais mudanças na dieta da sociedade fizeram com que houvesse a necessidade de reformulação na indústria da carne, na produção pecuária e também aumento da importação de soja, matéria-prima utilizada para fabricar ração. Para suprir a demanda por carne suína na China, até 1985, os produtores conseguiam fornecer ao menos 95% carne consumida; contudo, o número de unidades familiares rurais que eram responsáveis pela pecuária reduziu em 50%, considerando o período de até 2009 (Schneider; Sharma, 2014).

O novo cenário produtivo é caracterizado por uma segmentação crescente entre os diferentes tipos de pecuaristas de suínos. Os criadores de pequeno porte, com produção anual de 1 a 10 suínos, correspondem a 27% da produção nacional; os produtores familiares especializados, com um volume de 50 a 500 suínos por ano, são responsáveis por 51%; enquanto os grandes produtores comerciais, com mais de 500 suínos anuais, respondem por 22%. As principais tendências observadas são a especialização, a ampliação da escala produtiva e a concentração da produção, o que impõe barreiras à entrada de novos produtores e resulta na exclusão de pequenos criadores rurais.

Embora a maior parte da produção comercial em grande escala seja conduzida por empresas e produtores nacionais, é comum a presença de corporações estrangeiras nos segmentos de maior sofisticação tecnológica, como genética, rações e equipamentos. As práticas e instalações de produção seguem o modelo das "operações de alimentação de animais confinados (CAFOs)"³⁷, com as maiores

³⁶ É interessante observar que, no mandarim, a palavra usada de maneira geral para carne (rou) refere-se especificamente à carne de porco. Além disso, o caractere chinês para casa ou família, 家 (jia), foi criado há mais de 3.500 anos, unindo o radical de teto ao radical de porco, simbolizando de maneira figurativa a ideia de "colocar um teto sobre a cabeça do porco" (Schneider & Sharma, 2014, p.21 *apud* Escher; Wilkinson, 2019, p. 663).

³⁷ O sistema CAFO (Operação de Alimentação de Animais Confinados) é um modelo intensivo de produção que envolve o confinamento de grandes quantidades de animais, como suínos e frangos, em

concentrações de plantas de abate e processamento localizadas nas regiões leste e sudeste do país, além da província de Sichuan, na região centro-oeste (Schneider; Sharma, 2014).

Embora o modelo de agronegócio da China compartilhe várias características com o de outros países, suas operações e a estrutura da indústria de carne são predominantemente internas, sendo centradas nas chamadas "Empresas Cabeça de Dragão" ou *Dragon Head Enterprises* (DHEs) e no sistema de "contrato empresa-produtor" (*gongsi + nonghu*, em chinês)³⁸. As DHEs são as empresas líderes no setor agropecuário, que, com apoio substancial de crédito e subsídios governamentais, controlam diversas etapas das cadeias de valor, como a criação de leitões, o fornecimento de ração, o processamento, a distribuição e a venda da carne. Elas utilizam uma combinação de integração vertical e agricultura por contrato para coordenar suas operações (Schneider; Sharma, 2014).

De acordo com dados oficiais (embora frequentemente superestimados, mas indicativos de uma tendência amplamente reconhecida), as DHEs estão envolvidas em aproximadamente 70% da produção de carne suína e de frango, 80% da

instalações com espaço limitado. Este modelo visa maximizar a produção de carne e outros produtos derivados, utilizando dietas controladas e técnicas de manejo rigoroso, o que permite uma produção em larga escala. O uso de CAFOs tem crescido, especialmente na China e nos Estados Unidos, devido à crescente demanda interna por produtos de origem animal e ao desejo de otimizar a eficiência produtiva. No entanto, o sistema enfrenta críticas por seu impacto no bem-estar animal, meio ambiente e saúde pública, especialmente pela utilização de antibióticos e pelo alto consumo de recursos naturais (Schneider et al., 2016; Faria et al., 2020; Zhang, 2019). Embora o modelo CAFO seja predominante em várias partes do mundo, ele também é alvo de debates sobre sua sustentabilidade e os desafios éticos associados. Em resposta, surgem discussões sobre a necessidade de se adotar práticas mais sustentáveis e humanas na produção de carne. A mudança para alternativas mais responsáveis é uma tendência que tem sido discutida nos círculos acadêmicos e do agronegócio, já que o modelo intensivo de produção pode causar sérios problemas ambientais e sociais, como a contaminação da água e a resistência bacteriana (Smith, 2018; Li, 2017).

³⁸ O sistema de "contrato empresa-produtor" (conhecido como *gongsi + nonghu* em chinês) é um modelo de relação contratual amplamente utilizado no setor agropecuário da China, no qual empresas (*gongsi*) e produtores (*nonghu*) firmam acordos que regulam as práticas de produção agrícola. Nesse sistema, as empresas fornecem insumos, recursos financeiros, assistência técnica e, muitas vezes, garantias de compra de produtos, enquanto os produtores são responsáveis pela execução da produção agrícola. Em troca, os produtores recebem pagamentos conforme as condições do contrato, que podem incluir preços fixos ou com base em metas de produtividade (Li, 2017; Zhang, 2016). Este modelo tem sido especialmente significativo para a organização e o crescimento do setor agropecuário chinês, sendo uma das principais estratégias de modernização adotadas por empresas de grande porte, como as empresas cabeça de dragão (DHEs). A partir dessa estrutura, as empresas podem controlar de maneira mais eficiente os processos produtivos e garantir a qualidade e a consistência dos produtos, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores mantêm suas atividades com o suporte de grandes corporações. Além disso, o sistema permite que as empresas lidem com os riscos e incertezas do mercado de forma mais eficaz, promovendo uma maior estabilidade nas cadeias de fornecimento e melhorando a competitividade da produção nacional (Zhou, 2018; Wang, 2019).

aquicultura e 60% das terras agrícolas. Esse processo de integração vertical avançou consideravelmente após a crise da gripe asiática. Em 2011, as DHEs eram responsáveis por grande parte das maiores empresas do setor, como as 10 maiores processadoras de suínos, as 10 maiores firmas de embalagem e as 10 maiores empresas de distribuição e criação de leitões. Entre as principais DHEs, destacam-se a Shanghui, que, após adquirir a Smithfield, nos EUA, em 2013, passou a se chamar WH Group, se tornando a maior processadora e distribuidora de carne suína do mundo, além de Jinluo e Yurun, que completam o trio de líderes no mercado, responsáveis por cerca de 70% das vendas entre as 10 maiores empresas do setor (Schneider; Sharma, 2014).

Após a entrada da China na OMC, em 2001, o país implementou uma série de reformas econômicas, incluindo a redução de impostos e tarifas, além de uma liberalização gradual das importações de soja e outras oleaginosas, principalmente devido ao seu impacto na indústria de carnes. Em 2014, a China foi responsável por 64% do comércio global de soja e por 85% do consumo doméstico. As exportações de soja para a China são dominadas por três países: Brasil, com 45%, Estados Unidos, com 39%, e Argentina, com 13%, somando 97% do total. A maior parte da soja importada (85%) é processada para a produção de farelo, o principal produto, e óleo, seu subproduto, enquanto os 15% restantes são destinados a outros derivados usados em indústrias (Oliveira; Schneider, 2016 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 663).

A produção de rações na China também está predominantemente sob o controle das DHEs. Durante o 12º Plano Quinquenal, o governo chinês estabeleceu a meta de ter 50 fábricas responsáveis por 50% da ração consumida no país até 2015. Em 2010, conforme dados oficiais, 16 empresas já eram responsáveis por 33% dessa produção. Estimativas do setor indicavam que, em 2014, as 10 maiores empresas de ração seriam responsáveis por metade da produção total. Esse domínio é evidente, já que, das 100 maiores empresas de ração do mundo, 29 são chinesas, sendo que oito delas ocupam posições entre as 20 principais (Sharma, 2014).

O processo de crescimento da indústria de soja na China foi marcado por intensos conflitos e disputas entre os produtores locais, as indústrias de esmagamento internas, os trabalhadores da agroindústria e as grandes empresas de *trading* globais (Yan *et al.*, 2016 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 664). A partir da década de 1990,

a China passou a importar farelo de soja, mas, devido à insatisfação relacionada à redução das margens de lucro e aos impactos negativos sobre o emprego e o valor agregado local, o país rapidamente mudou para a importação de grãos inteiros (Oliveira; Schneider, 2016; Sharma, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 664).

Em 2019, a China era responsável por 28% da capacidade global de esmagamento de soja. Em 2000, essa capacidade era majoritariamente controlada por empresas chinesas. No entanto, após a crise da soja de 2004, quando as refinarias e os esmagadores locais enfrentaram falências, devido à queda nos preços da soja e o calote em contratos com os Estados Unidos, as grandes *traders* internacionais (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, do bloco ABCD) e asiáticas (Noble, Olam e Wilmar, do bloco NOW) aproveitaram a oportunidade para assumir o controle de 70% da capacidade de esmagamento. Até 2009, essas empresas haviam conquistado 80% do esmagamento e 60% do refino de soja na China (Oliveira; Schneider, 2016; Sharma, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 664).

No entanto, em resposta a pressões internas, o governo chinês lançou, em 2007, políticas para limitar a expansão das corporações estrangeiras e apoiar o retorno das empresas nacionais ao setor. Como resultado, no final da década de 2000, as empresas chinesas retomaram o controle de 72% da capacidade de esmagamento, embora ainda existam grandes volumes de capacidade ociosa e as empresas estrangeiras sigam dominando cerca de 60% da capacidade operacional (Oliveira; Schneider, 2016; Sharma, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 664).

As transformações nos padrões de consumo e nas cadeias produtivas agropecuárias têm gerado reflexos evidentes na política alimentar da China. Um dos principais efeitos dessas mudanças é a redução da fome. Embora a taxa de subnutrição crônica ainda se mantenha em níveis relativamente elevados, a China conseguiu diminuir substancialmente a porcentagem de pessoas afetadas. Entre 1990-1992, aproximadamente 23,9% da população chinesa sofria com a subnutrição crônica. Esse índice caiu para 16,1% no período de 2000-2002, e, mais recentemente, para 10,6%, entre 2012 e 2014, mostrando avanços significativos na segurança alimentar do país (FAO, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 664).

A "questão agroalimentar" da China é muito mais do que uma simples análise quantitativa. O país tem mantido estoques de grãos que superam consideravelmente seu consumo anual, ao mesmo tempo em que tem promovido uma notável

diversificação na oferta de alimentos, incluindo carnes, leite, ovos, frutas, vegetais e produtos aquáticos. Além disso, houve uma melhora substancial no acesso da população aos alimentos. Consequentemente, a ingestão média de energia da população chinesa está em níveis adequados, a ingestão de proteínas é apropriada, embora nas áreas rurais ainda seja insuficiente e precise ser aumentada (Escher; Wilkinson, 2019, p. 664).

Em contrapartida, o consumo de gorduras também atende às necessidades gerais, mas, nas áreas urbanas e nas regiões mais abastadas, esse consumo tem superado os limites recomendados, gerando desequilíbrios nutricionais. Como resultado, problemas de saúde, como sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, estão se tornando mais comuns. Além disso, o desperdício de alimentos tem aumentado, enquanto escândalos relacionados à segurança alimentar se tornam frequentes. A China também enfrenta grandes desafios ambientais, persistência da pobreza e uma crescente desigualdade social e regional, o que ameaça a estabilidade social. A falta de transparência na gestão das reservas e estoques públicos de grãos só agrava esse quadro (Escher; Wilkinson, 2019, p. 665).

O conceito de "segurança alimentar" (*shipin fangyu anquan*), conforme definido pela FAO no Ocidente, começou a ser utilizado nos escritos acadêmicos e relatórios oficiais da China apenas nos últimos tempos, principalmente em documentos que abordam as políticas da ONU ou são direcionados ao público externo. No entanto, o termo que de fato é empregado nas políticas públicas relacionadas à alimentação na China é "segurança de grãos" ou "autossuficiência de cereais" (*liangshi anquan*), que reflete uma abordagem mais focada na produção e no abastecimento de cereais como base para a segurança alimentar nacional (Christiansen, 2009; Zhou, 2010 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 665).

Isso implica que a China se compromete a atingir, pelo menos, 95% de sua produção doméstica de grãos, com arroz, trigo e milho sendo os principais "cultivos estratégicos", essenciais para a cesta básica destinada ao consumo interno. Após a adesão do país à OMC, em 2001, a soja e outras oleaginosas foram retiradas da cesta de produtos essenciais e passaram a ser liberalizadas, o que resultou na crescente dependência da China do comércio internacional para atender à sua demanda por esses produtos (Sharma, 2014).

Embora o governo ainda considere o milho como um cultivo estratégico, ele enfrenta desafios devido ao custo mais elevado da produção doméstica, já que utiliza sementes não-transgênicas, o que torna a produção mais cara em comparação a países como os Estados Unidos, Brasil e Argentina. Como resultado, há uma expectativa crescente de que, no futuro próximo, a China dependa ainda mais do mercado internacional para garantir a oferta de milho, considerando o aumento da demanda interna (Sharma, 2014).

A principal questão a ser destacada é que a ambiguidade nos termos usados oculta uma mudança crucial nas dietas da população chinesa, especialmente no que diz respeito ao aumento do consumo de carne e à redução do consumo de grãos. As estimativas sobre a área de terra cultivável na China variam entre 121 e 137 milhões de hectares, enquanto os fluxos anuais de água doce são de 2.818 bilhões de metros. A população do país, por sua vez, gira em torno de 1,4 bilhão de pessoas. Em vista dessa realidade, surgiu o *slogan* oficial "Desafio 21/9", que enfatiza o descompasso entre a grande população e os recursos naturais disponíveis: 21% da população mundial, 9% da terra arável e 7% da água doce globalmente (Mcbeth, 2010 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 665).

Assim, quando o governo chinês se orgulha de suas conquistas com declarações como "a China alimenta 21% da população mundial utilizando apenas 9% da terra agrícola, fazendo uma grande contribuição à segurança alimentar" e "nós seremos capazes de nos alimentar!", em resposta à pergunta "quem alimentará a China?", ela apenas destaca o fato de ter alcançado um índice de 95% de autossuficiência na produção de grãos. No entanto, omite o fato de que o país depende de importações para suprir 80% de suas necessidades de soja e, cada vez mais, de milho para abastecer a indústria de rações. Essa soja e milho são, por sua vez, utilizados para alimentar o setor produtivo de carne, que já constitui 30% da dieta média do consumidor chinês (Mcbeth, 2010 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 665).

3.2 O "boom das commodities", a expansão produtiva, de área plantada e exportações de soja, e a especulação fundiária

Durante os anos 1980 até o início dos 1990, a "modernização da agricultura" brasileira, implementada pelos governos militares, começou a entrar em declínio. Após a crise cambial de 1999, o governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso

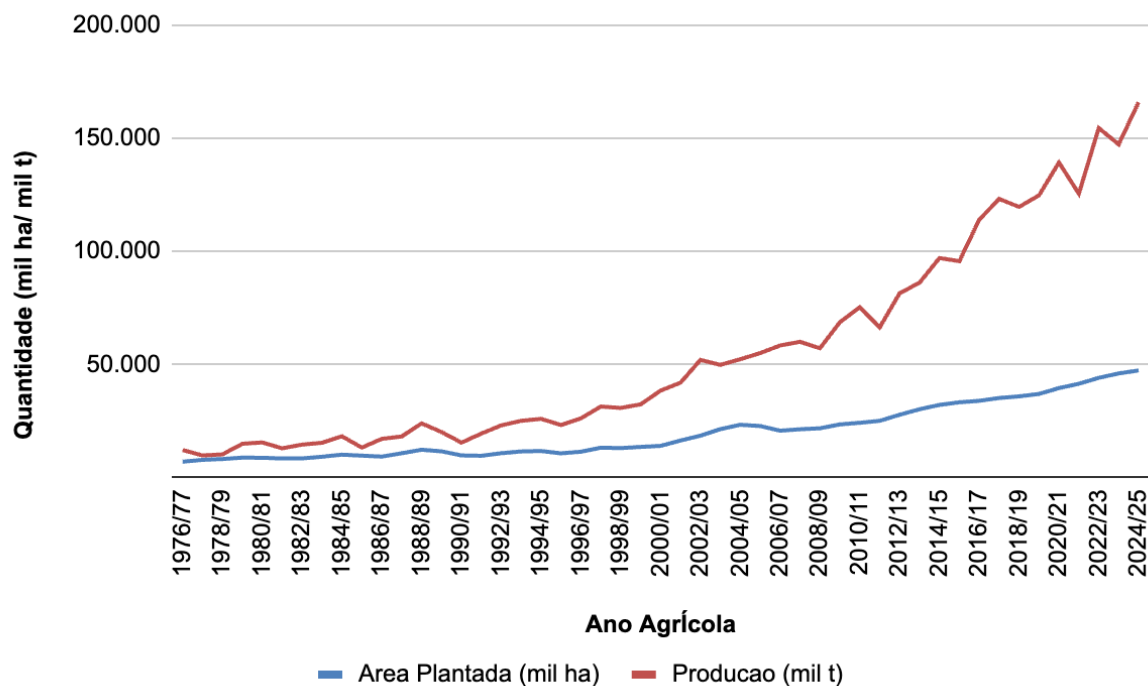
adotou uma estratégia de "relançamento do agronegócio", com o objetivo de equilibrar a conta de transações correntes no balanço de pagamentos. Nos anos 2000, sob a presidência do Partido dos Trabalhadores, foi consolidado um novo padrão de acumulação de capital, baseado no crescimento das *commodities* e na valorização dos preços das terras. Esse modelo foi sustentado pela aliança entre grandes proprietários rurais e complexos agroindustriais com forte presença internacional, além de ser reforçado pela política macroeconômica e de crédito do governo (Delgado, 2012 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

O aumento nos preços das *commodities* foi um fator crucial para o crescimento acentuado desse mercado. Entre 2006 e 2012, o preço médio da saca de soja apresentou um impressionante aumento de 232,84%, subindo de US\$ 13,88 para US\$ 35,09. Contudo, a partir de 2012, esse preço começou a cair, atingindo US\$ 22,34 em 2017, o que representa uma queda de 63,67% no valor (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, 2017 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

Entre as safras de 2000-2001 e 2015-2016, a produção de soja no Brasil experimentou um crescimento impressionante, com uma taxa média anual de expansão de 6,7%. Durante esse período, o volume de grãos aumentou substancialmente, passando de 38,4 milhões para 95,4 milhões de toneladas. A área destinada ao cultivo de soja também cresceu de maneira expressiva, com um aumento anual médio de 6,2%, saltando de 14 milhões para 33,2 milhões de hectares. No entanto, a produtividade, embora crescente, teve um incremento mais modesto, com uma taxa média de 0,7% ao ano (Companhia Nacional de Abastecimento, 2017 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

Diversos fatores tecnológicos, como o uso de sementes transgênicas, a prática do plantio direto e a aplicação de agroquímicos, desempenharam um papel importante no avanço da produção de soja. Contudo, a incorporação de novas áreas de cultivo foi o principal impulsionador desse crescimento, visto que a expansão da área plantada superou amplamente o aumento da produtividade. Esse processo resultou em uma contínua expansão geográfica da cultura. Hoje, a soja ocupa 53% da área total destinada ao cultivo de grãos no Brasil (Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

Figura 7 - Demonstração da área em hectares da quantidade em toneladas de soja (1976-2024)



Fonte: CONAB, 2024 (elaboração do autor)

Na Figura 3, é possível observar a expansão da área plantada (em hectares) e a quantidade de soja (em toneladas) produzida pelo Brasil. O contraponto da Figura 7 (acima) é comparar a quantidade produzida e a exportada com destino ao território sino.

O cultivo da soja se encontra regionalizado, principalmente no Centro-Oeste e Sul do Brasil, colocando os estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul como os maiores produtores. A região Norte e Nordeste do país têm avançado também significativamente na área plantada, com singular destaque para Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, popularmente conhecida como Matopiba (Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

Para além da oferta, é importante analisar o comportamento da demanda pela soja brasileira. O Brasil possui 16% da capacidade global de esmagamento de soja, uma proporção semelhante à da Argentina (16%), enquanto os Estados Unidos detêm 19% e a China lidera com 28%. Em 2013, aproximadamente 47,4% da soja brasileira foi destinada ao mercado interno, principalmente para a produção de farelo, óleo e biodiesel. Desses produtos, 52% do farelo e 23% do óleo foram exportados, enquanto

o biodiesel foi consumido inteiramente no mercado doméstico (Companhia Nacional de Abastecimento, 2017 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

A forte demanda interna pela soja pode ser atribuída a três fatores principais: a substituição crescente de gorduras animais e manteiga por óleo vegetal e margarina nos hábitos alimentares; o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que exige a adição de 7% de biodiesel ao combustível, com a expectativa de aumento para 10% até 2020; e o uso do farelo na alimentação de frangos e suínos em sistemas de confinamento (CAFO), modelos de integração vertical e contratos com produtores (Wesz, 2016 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

Apesar da significativa demanda interna por soja processada no Brasil, mais da metade da produção nacional ainda é destinada à exportação, majoritariamente na forma de grãos *in natura*. Entre os períodos de 2000-2001 e 2013-2014, as exportações de soja cresceram a uma taxa anual de 8,8%, passando de 15,5 milhões para 44,5 milhões de toneladas (Hirakuri; Lazzarotto, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

Em 2013, o Brasil se consolidou como o maior exportador de soja do mundo, com 41% da oferta global, superando os Estados Unidos, com 39,3%, e a Argentina, com 7,3%. O valor das exportações brasileiras de soja atingiu US\$ 30,961 bilhões em 2013, representando 31% das exportações totais do agronegócio e 12,8% das exportações totais do Brasil. Essa contribuição foi fundamental para o *superávit* comercial do país, respondendo por 37% do saldo positivo da balança comercial brasileira (Hirakuri; Lazzarotto, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 666).

A China se consolidou como o principal destino das exportações de soja do Brasil, transformando profundamente a configuração e a dinâmica do mercado global dessa *commodity*. Em 2003, a maior parte das exportações brasileiras de soja ainda era destinada à Europa (54%), com a China recebendo apenas 30%. No entanto, em 2013, a balança se inclinou dramaticamente, com a Europa respondendo por apenas 12% e a China passando a importar impressionantes 75% da soja exportada pelo Brasil. Mais de 95% dessa soja foi exportada em grãos (Oliveira & Schneider, 2016 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 668).

Essa mudança reflete a crescente relativa interdependência entre a oferta brasileira e a demanda chinesa por soja, o que é evidenciado pela formação do "complexo soja-carne Brasil-China". Contudo, essa relação apresenta um equilíbrio

desigual, já que a China possui uma oferta diversificada de soja, enquanto o Brasil depende predominantemente da demanda chinesa para essa *commodity* (Wilkinson; Wesz Junior, 2013 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 668).

A narrativa que associa a soja exclusivamente às grandes propriedades agrícolas capitalistas de larga escala é frequentemente questionada, especialmente diante da diversidade de "modos de agricultura familiar", que também se dedicam ao cultivo dessa cultura (Vennet *et al.*, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 668). Embora essa realidade não deva ser desconsiderada, a concentração da produção de soja em grandes propriedades segue sendo a tendência predominante no setor.

Tabela 4 - Porcentagem (%) da produção de soja por faixa de área (ha) plantada

Faixa de área (ha)	Número de unidades	Produção de soja (%)
1.000 a 2.500 e mais	6.080	49,92%
500 a menos de 1.000	5.674	14,06%
100 a menos de 500	24.787	20,13%
50 a menos de 100	22.783	5,26%
Menos de 50	1.287.325	10,63%

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (elaboração do autor)

A partir da Tabela 4, duas implicações podem ser feitas. A primeira refere-se ao papel crucial do complexo soja na sustentação da balança comercial brasileira. Em um contexto de crescente deterioração da estrutura industrial e de baixa competitividade global em setores de maior inovação e valor agregado, as exportações de recursos naturais, não apenas no agronegócio, mas também na mineração – com exceção do petróleo, que possui dinâmicas e características próprias –, têm, para o bem ou para o mal, desempenhado um papel vital para a economia do país. Contudo, diversos estudiosos, como Delgado (2012 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 669), alertam que essa dependência tem trazido custos e consequências negativas, especialmente no que diz respeito à especialização regressiva da economia brasileira e ao fortalecimento político dos setores conservadores dentro da bancada ruralista.

A segunda implicação trata da valorização da terra e a concentração da propriedade fundiária no Brasil, que estão diretamente relacionadas ao fenômeno de "global land grabbing" (Wilkinson *et al.*, 2013; Borras *et al.*, 2012, 2016 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 669). A alta nos preços alimentares de 2008 impulsionou a demanda por terras nos países exportadores, como o Brasil, provocando uma elevação substancial nos preços dos ativos fundiários. Esses preços saltaram de uma média de R\$4.756 por hectare em 2010 para R\$10.083 em 2015, representando um aumento de 112% em nível nacional.

No entanto, os aumentos mais expressivos ocorreram em regiões específicas: no Centro-Oeste, o valor da terra subiu 254%, seguido pelo Norte (252%) e pelo Nordeste (206,6%), áreas do Mapitoba, e ainda o Sul (205%) e o Sudeste (194%), regiões com ocupação mais consolidada. Esse movimento gerou novas formas de apropriação das rendas provenientes desses ativos, modificando as funções produtivas e patrimoniais das atividades agropecuárias.

Inicialmente, essas terras tinham uma função produtiva, mas, com o tempo, passaram a ter um papel especulativo, cada vez mais orientado pelo capital financeiro. Isso se reflete na forte correlação observada entre o preço do hectare e o valor da saca de soja (0,923), além da relação com o índice Bovespa (0,886) (Flexor; Leite, 2017 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 669).

Por um lado, é complicado atribuir a alta concentração de terras no Brasil – que apresenta um índice de Gini de 0,856 – unicamente ao capital estrangeiro, dado o papel histórico desempenhado pelas elites rurais locais na formação de uma estrutura agrária marcada por desigualdades extremas. Por outro lado, a crescente "financeirização da agricultura", com o aumento da presença de atores do mercado financeiro, como empresas, fundos internacionais de investimento e imobiliárias rurais nacionais, atuando no setor de terras, especialmente após o "*boom das commodities*", aponta para a necessidade de uma atenção maior por parte da academia e da política sobre essa questão (Wilkinson *et al.*, 2013; Balestro; Lourenço, 2014 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 669).

3.3 - Os investimentos chineses no agronegócio brasileiro

A Política *Going Out* promovida pelo governo chinês tem como objetivo fortalecer a atuação de empresas nacionais, tanto estatais quanto privadas, no

mercado internacional. Para alcançar esse propósito, o Estado incentiva investimentos em terras e recursos agrícolas no exterior, promove a criação de operações de processamento, amplia as capacidades logísticas e facilita parcerias ou aquisições de empresas estrangeiras. Essas ações buscam expandir a presença global das companhias chinesas e, ao mesmo tempo, aumentar sua competitividade em relação às grandes corporações transnacionais que tradicionalmente dominam o setor agroalimentar do Atlântico Norte, desafiando seu poder e influência global (Escher; Wilkinson, 2019, p. 670).

Podem ser identificadas três etapas principais na internacionalização das empresas chinesas que realizam Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no setor agroindustrial. A análise dessas fases permite compreender a evolução desse processo e as tendências que se manifestam especificamente no contexto brasileiro (Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

A primeira etapa, que abrange o período desde o início dos anos 2000 até 2008, é caracterizada pela ascensão da China como um ator de destaque no mercado global de *commodities*. Embora a China seja também um dos maiores produtores mundiais de bens como carvão, petróleo, alumínio, aço, trigo, arroz, milho e soja, sua produção interna não conseguiu acompanhar o ritmo acelerado de sua demanda (Coates; Luu, 2012 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672). Durante esse período, torna-se evidente a dependência chinesa de importações para suprir suas necessidades de alimentos, energia e matérias-primas, tanto agrícolas quanto minerais. Essa crescente demanda, somada a outros fatores, desempenhou um papel central na alta histórica dos preços das *commodities*.

Nesse contexto, destaca-se o esforço da China em estabelecer uma rede internacional de fornecedores desses recursos, um processo que simboliza não apenas a internacionalização de suas empresas, mas também a ampla estratégia governamental voltada para fortalecer as relações internacionais: "A construção de uma base internacional de supridores destas *commodities* constitui possivelmente a face mais visível da internacionalização das firmas chinesas e da ampla iniciativa do governo chinês nas relações internacionais" (Medeiros, 2011, p. 209 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

É possível argumentar que essa etapa se estendeu até 2012, momento em que o crescimento econômico da China começa a desacelerar, passando de uma média

anual de 10% para cerca de 6,5%, e o período de alta nos preços das *commodities* chega ao fim, retornando a níveis considerados "normais", ainda que a demanda tenha permanecido elevada (Hofman; Ho, 2012 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

Contudo, o que se deseja destacar é que, embora a Política de *Going Out* estivesse em vigor desde 2001, foi após a eclosão da crise financeira de 2008 que se iniciou uma segunda fase. Nesse estágio, observa-se uma intensificação na internacionalização das empresas chinesas, especialmente no setor de agronegócios, com a aquisição de extensas áreas de terra em regiões como o sudeste asiático, África e América Latina, incluindo o Brasil.

Esse movimento gerou ampla atenção de veículos midiáticos, organizações não-governamentais e acadêmicos, que passaram a debater se a China estaria assumindo um papel de potência "neocolonial" e se configurando como um dos principais agentes no fenômeno conhecido como *global land grabs* (Hofman; Ho, 2012 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

Embora frequentemente se propague o temor de que "a China está dominando o mundo", análises mais detalhadas revelam que os investimentos chineses em terras, até o momento, são significativamente inferiores aos realizados por outros países, como os Estados Unidos, a Europa ou mesmo os Estados do Golfo no Oriente Médio. Ainda assim, é importante destacar que, apesar da presença de uma variedade de agentes (empresas estatais nacionais e provinciais, empresas privadas, indivíduos com grande capital e fundos de investimento), os investimentos chineses em terras caracterizam-se por uma estratégia de "terceirização desenvolvimentista". Nessa abordagem, o Estado desempenha um papel fundamental, seja no planejamento, seja na intervenção e regulação de todas as etapas do processo (Hofman; Ho, 2012 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

No contexto brasileiro, embora algumas estimativas exageradas apontassem que investidores chineses teriam adquirido cerca de 7 milhões de hectares (Acioly *et al.*, 2010 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672), análises empíricas mais detalhadas (Oliveira, 2015; Wilkinson *et al.*, 2015 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 672) identificaram apenas um número limitado de projetos com dados confiáveis. Em 2007, a Pacific Century Group, uma empresa sediada em Hong Kong, comprou 27.397 hectares em uma participação minoritária com a CalyxAgro, uma empresa argentina. Além disso, a empresa privada Zhejiang Fudi Agriculture Co., em parceria com a

estatal Beidahuang/Heilongjiang State Farm Company, adquiriu aproximadamente 600 hectares no Rio Grande do Sul e 16.000 hectares no Tocantins entre 2007 e 2008. Contudo, enfrentando desafios operacionais, essas empresas optaram por vender a maior parte de seus ativos, que foram adquiridos em 2011 pela Universo Verde, uma subsidiária do Chongqing Grain Group (CGG), estatal provincial chinesa (Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

No mesmo período, a CGG tentou adquirir 200.000 hectares no oeste da Bahia para cultivo de soja. Contudo, as restrições legais impostas pelo governo brasileiro à compra de terras por estrangeiros, vigentes desde o ano anterior, limitaram a operação, e a empresa acabou adquirindo uma área de 52.000 hectares. Além disso, a CGG anunciou a construção de uma planta de esmagamento de soja e uma fábrica de fertilizantes na cidade de Barreiras (BA), juntamente com projetos de infraestrutura ferroviária e de armazenagem (Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

Entretanto, essas iniciativas não foram concluídas, devido a entraves administrativos, ambientais e sociais, como a ocupação de terras pelo MST³⁹. Por sua vez, a empresa privada Sanhe Hopeful Grain and Oil Co., em parceria com a estatal CNADG (China National Agriculture Development Group), divulgou planos ambiciosos para a aquisição de 2,4 milhões de hectares em Goiás e a implementação de infraestrutura de transporte e armazenagem, com um investimento total estimado em US\$ 7,5 bilhões ao longo de 10 anos. Na prática, porém, a única ação concretizada foi uma participação de 20% na construção de um terminal portuário em Santa Catarina, cujo avanço está suspenso por falta de licenças ambientais. Já o grupo Pallas International demonstrou interesse em adquirir 250.000 hectares na Bahia para

³⁹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização social brasileira criada na década de 1980, cujo principal objetivo é a luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra no país. O movimento emergiu em um contexto de desigualdades sociais e de concentração fundiária, intensificadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola baseado no latifúndio e na mecanização intensiva, o que resultou na expulsão de milhares de famílias camponesas de suas terras. Desde então, o MST tem se consolidado como uma das maiores organizações sociais da América Latina, engajando-se em ações de ocupação de terras improdutivas, organização de assentamentos e luta por políticas públicas que promovam a justiça social no campo (Fernandes, 2000). Além das ocupações, o MST promove a organização de cooperativas agrícolas, escolas em assentamentos e feiras para comercialização de produtos da agricultura familiar, enfatizando o princípio da soberania alimentar. O movimento também tem uma forte atuação política, criticando o agronegócio e os impactos negativos do modelo exportador de *commodities* sobre o meio ambiente e as populações rurais. Apesar de enfrentar resistência de setores conservadores da sociedade e do Estado, o MST é reconhecido internacionalmente como uma referência em mobilização social e na promoção de alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico de produção agrícola (Stedile, 2013).

a produção de soja destinada à exportação, mas essa iniciativa também não foi formalizada (Escher; Wilkinson, 2019, p. 672).

De maneira distinta, investidores provenientes de países como Estados Unidos, Europa, Argentina e Japão têm intensificado sua presença no mercado brasileiro, por meio da aquisição de extensas áreas de terra para o cultivo direto e em larga escala de soja destinada à exportação. Grandes empresas agrícolas desses países, como Cresud/Brasilagro, Adecoagro, SLC Agrícola, El Tejar, TIAA-CREF, Multigrain/Xingu Agro e V-Agro, já adquiriram coletivamente mais de 750.000 hectares no Brasil desde 2008 (Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

Segundo Oliveira (2015 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 673), embora os investimentos diretos chineses (IDEs) em compra de terras sejam menores em comparação com esses países, eles têm atraído uma atenção desproporcionalmente negativa na mídia, além de críticas de intelectuais de diferentes espectros ideológicos, resistência de movimentos sociais e oposição da bancada ruralista. Curiosamente, membros dessa bancada frequentemente buscam se posicionar como parceiros indispensáveis para viabilizar esses investimentos (Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

No entanto, em trabalho de campo realizado no Mato Grosso, entrevistados de Escher *et al.* (2017) indicaram que a pressão chinesa para a aquisição de terras pode ganhar força novamente, caso o parlamento avance na liberalização para a compra de propriedades rurais por estrangeiros, algo que permanece em debate. Esse contexto reforça a plausibilidade da hipótese de Oliveira (2015 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 673), destacando um cenário ainda indefinido, mas com potencial para novos desdobramentos no mercado fundiário brasileiro.

A partir de 2012, a China iniciou uma nova fase de sua estratégia de expansão internacional, voltando-se para operações de fusão e aquisição, em vez de seguir com a aquisição de terras para cultivo direto, como ocorria anteriormente nas operações *greenfield*. Esse movimento tem como objetivo principal o controle das cadeias de valor de *commodities* específicas, focando em regiões-chave, além do desenvolvimento de infraestrutura logística, de transporte e de armazenamento. Internacionalmente, a expansão das empresas chinesas tem atraído significativa atenção e mídia. A Shanghai, por exemplo, iniciou como uma empresa estatal e, após abrir seu capital em 2006, recebeu investimentos significativos, incluindo uma participação da Goldman Sachs em 2009. Em 2013, já contando com o apoio de seis

fundos de investimento chineses, a empresa adquiriu a americana Smithfield por US\$ 7,1 bilhões, tornando-se a maior processadora de carne suína do mundo (Clapp, 2017 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

Em 2017, a ChemChina, uma das maiores estatais do setor, adquiriu a empresa suíça Syngenta, tornando-se responsável por 8% do mercado global de sementes e 20% do mercado de pesticidas. Esse movimento faz parte de uma tendência mais ampla de consolidação corporativa no setor de insumos agrícolas, que inclui aquisições significativas, como a da Monsanto pela Bayer, que passará a controlar 29% do mercado de sementes e 26% do de pesticidas, além da fusão entre Dow e Dupont, que, juntas, terão 25% do mercado de sementes e 16% do mercado de pesticidas (Clapp, 2017 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

No contexto brasileiro, é relevante destacar algumas operações importantes ocorridas no setor de insumos. A Tide Group, um conglomerado chinês de químicos e *trading*, iniciou suas atividades no Brasil em 2010, com o objetivo de importar pesticidas diretamente da China. No entanto, devido às dificuldades regulatórias, a empresa adquiriu em 2014 a Prentiss Química, que possuía registros e a capacidade de oferecer herbicidas, inseticidas e fungicidas, facilitando sua entrada no mercado local. Já a CITIC Agri Fund, que estava presente no Brasil desde 2011, por meio de sua parceria com a Yuan Longping High-Tech Seeds, adquiriu em 2017 a LP Sementes, parte da Dow Brasil, por US\$ 1,1 bilhão.

Esse movimento foi parte das exigências das autoridades brasileiras para permitir a fusão entre Dow e DuPont. A aquisição incluiu ativos significativos, como centros de pesquisa, um banco de germoplasma de milho, a marca Morgan e a licença temporária para utilizar a marca Dow Sementes (Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

Em 2011, a ChemChina adquiriu a israelense Adama, que possuía duas fábricas no Brasil. O controle das operações brasileiras passou a ser realizado em 2014, quando também foram adquiridas as licenças comerciais e os canais de distribuição. Em 2017, a empresa expandiu ainda mais sua presença, ao adquirir a Nidera Seeds, da COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation), por meio da Syngenta. Um exemplo de outra incursão chinesa no Brasil é a China Tobacco International do Brasil (CTIB), uma subsidiária da China Tobacco International, que, em 2012, firmou uma parceria de 51% com a Alliance One Brasil. Essa aliança visa consolidar mais de 600 contratos com pequenos produtores de

tabaco no Rio Grande do Sul, representando cerca de 1/5 dos contratos da Alliance One Brasil, com foco na exportação direta para a China (Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

O centro dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) da China no agronegócio brasileiro, especialmente ligado à integração do complexo soja-carne entre Brasil e China, está situado no setor de *trading*. Nos últimos anos, o mercado de *commodities* agrícolas tem experimentado transformações significativas, com a concentração corporativa, o aumento da competitividade e a crescente integração vertical, horizontal e financeira das cadeias de valor se destacando como as principais tendências do processo (Clapp, 2015 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

Tradicionalmente dominado por quatro grandes corporações, conhecidas como ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus), que operam em diversas áreas, desde a comercialização de grãos e outras *commodities* até as atividades de finanças, processamento, transporte e distribuição, o setor tem sido gradualmente reestruturado. A entrada de novas empresas, especialmente asiáticas, incluindo chinesas, japonesas, singapurenses e russas, tem sido um fator chave nesse processo de mudança (Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

Em 2014, as empresas do grupo ABCD foram responsáveis por 46% das exportações de grãos do Brasil, enquanto as companhias asiáticas ocuparam 36% desse mercado. No entanto, em 2015, houve uma mudança significativa: as *tradings* asiáticas, com destaque para a COFCO da China, passaram a exportar 45% dos grãos brasileiros, enquanto as empresas do grupo ABCD ficaram com apenas 37% (Bonato, 2016 apud Escher; Wilkinson, 2019, p. 673).

A COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation) é a maior estatal da China atuando na produção e esmagamento de soja, refino de óleos, fabricação de alimentos processados e no comércio de grãos. Em 2014, a empresa deu um passo significativo ao adquirir a Nidera, uma gigante holandesa do setor agrícola, por US\$ 1,2 bilhão, e a unidade agrícola da Noble Group, de Singapura, por US\$ 1,5 bilhão. Ambas as aquisições ampliaram sua presença no Brasil e em outros países da América do Sul (Escher; Wilkinson, 2019, p. 674).

Com essas aquisições, a COFCO se uniu às gigantes do agronegócio, transformando as "Big Four" (ABCD) nas "Big Five", com a COFCO sendo agora representada pela letra C, completando o novo nome da aliança como ABCCD. Após

a integração da Nidera e da Noble, a COFCO já detinha 11% do mercado de grãos no Brasil e projeta expandir sua participação para 22% nos próximos cinco anos, o que deverá impactar diretamente a participação das concorrentes e reduzir as margens de lucro do setor (Escher; Wilkinson, 2019, p. 674).

Até cerca de 2014, o grupo ABCD dominava aproximadamente 80% da originação de soja no estado de Mato Grosso, mas esse controle diminuiu para cerca de 50% atualmente. A diferença de preço entre a soja disponível e a originada gira em torno de 10%. A principal razão para essa perda de participação por parte das empresas do grupo ABCD é a crescente capacidade de originação das empresas asiáticas, como Multigrain/Mitsui, Gavião/Marubeni, Sodrujestvo, Olam (em parceria com a ADM) e, especialmente, a COFCO (Escher; Wilkinson, 2019, p. 674).

Em 2017, a COFCO, estatal chinesa, já era responsável por originar cerca de 70% do volume de soja que comercializa. Vale ressaltar que a COFCO não é a única companhia chinesa do setor a expandir suas operações no Brasil por meio de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). A Hunan Dakang, do grupo Pengxin, também ingressou no mercado de grãos, ao adquirir as empresas Fiagril, em Mato Grosso, e Belagrícola, no Paraná. Esse movimento evidencia o rápido crescimento das corporações chinesas no agronegócio, conquistando espaços que antes eram dominados por empresas do Atlântico Norte (Escher; Wilkinson, 2019, p. 674).

Os setores de portos e ferrovias desempenham um papel crucial como os principais pontos de investimento em infraestrutura e logística para a agroindústria, especialmente com o crescimento acelerado das exportações e sua expansão para as regiões norte do Brasil. A Fiagril, por exemplo, tem feitos investimentos no setor portuário, que podem ser absorvidos pela Hunan Dakang (Escher; Wilkinson, 2019, p. 674).

No entanto, a China Communications & Construction Company (CCCC) é a maior investidora chinesa no mercado portuário brasileiro, tendo adquirido 80% da Concremat e criado a CCC South America. Através dessa estrutura, a empresa tem focado no desenvolvimento dos portos de Miritituba (PA), Vila do Conde (PA) e Itaqui (RS), além de um terminal de cargas no Porto do Maranhão. Na área logística, destaca-se também a China Railway Construction Corporation, que, em 2014, firmou um acordo com a Camargo Corrêa para estudar a formação de consórcios voltados para a construção de ferrovias, incluindo a Ferrovia Bioceânica. Em 2016, a

companhia assinou acordos de intenção com os governos de Mato Grosso e Pará, visando mais investimentos nesse setor (Escher *et al.*, 2017).

O crescente interesse de investimento por parte da China no Brasil se manifesta em investimentos estratégicos no setor agrícola, com foco na garantia do suprimento de commodities essenciais, como soja e carne, para atender à demanda interna chinesa. A expansão desses investimentos reflete a lógica de internacionalização das empresas chinesas, muitas vezes apoiadas pelo governo, que busca consolidar cadeias de suprimento globais e fortalecer a segurança alimentar do país. No Brasil, essa dinâmica inclui aquisições de terras, parcerias com grandes grupos agroindustriais e investimentos em infraestrutura logística, como portos e ferrovias, visando melhorar o escoamento de produtos agrícolas. O capítulo também ressalta os impactos econômicos, sociais e ambientais dessa presença no Brasil, evidenciando tanto as oportunidades quanto os desafios que ela impõe ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ajuntamento dos conceitos e informações dispostos ao longo dos capítulos nos permite afirmar que, diante da crescente interdependência dos mercados globais e da importância da China na economia mundial, torna-se essencial o avanço de estudos que investiguem os fatores que influenciam a expansão ou contração da demanda por *commodities* agrícolas brasileiras, principalmente a soja.

Adicionalmente, é imprescindível realizar análises comparativas sobre as políticas públicas adotadas no setor agrícola entre os dois países, avaliando seus impactos no médio e longo prazos, bem como suas projeções. Além disso, a comparação da produção agrícola da China com o Brasil é relevante, dado que o setor desempenha um papel crucial para os *superávits* da balança comercial brasileira.

A globalização dos sistemas agroalimentares em países emergentes, como Brasil e China, está associada à oligopolização e internacionalização das corporações do agronegócio e das indústrias de alimentos. A consolidação dos chamados "impérios alimentares" brasileiros e chineses torna-se assim uma questão estratégica relevante, uma vez que essa dinâmica contribui para formar coalizões de interesses entre essas nações, reduzindo a influência econômica dos países capitalistas centrais e fortalecendo o papel dos seus Estados e empresas no processo de reconfiguração do regime alimentar global. É nesse contexto que os interesses da agricultura capitalista, das grandes corporações agroalimentares e do Estado devem buscar convergir, sendo articulados como "interesses nacionais".

Para o Brasil, a aliança com território sino congrega os interesses de diferentes segmentos econômicos, incluindo a elite agrária, os grandes proprietários rurais e o capital vinculado ao setor agroindustrial. Além disso, é sustentada pelas políticas governamentais nas áreas macroeconômica e agrícola, bem como por iniciativas estatais voltadas à promoção da internacionalização do agronegócio.

O governo brasileiro adota uma estratégia centrada na captura da renda gerada pela terra, utilizando as vantagens comparativas dos recursos naturais como um dos principais motores para a acumulação de capital em toda a economia. Essa abordagem é sustentada por um discurso que exalta a capacidade do agronegócio em gerar *superávits* comerciais significativos, os quais são considerados essenciais para compensar o *déficit* na balança de pagamentos, causado principalmente pelas

perdas na conta de serviços ligadas ao capital estrangeiro, e para prevenir desequilíbrios na conta corrente do país.

No contexto chinês, a estratégia de acumulação de capital reflete interesses hegemônicos que abrangem a agricultura industrial, investimentos em terras e agronegócios em outros países, além da transferência de terras de camponeses para grandes empreendimentos agropecuários e imobiliários domésticos. Essas ações são facilitadas por políticas estatais de crédito e subsídios.

A China tem uma visão clara de suas prioridades estratégicas, enquanto o Brasil encontra-se em um contexto de fragilidade econômica e política, por não ter diretrizes bem definidas. A prioridade chinesa consiste em importar grãos *in natura*, possibilitando que a agregação de valor ocorra em seu próprio território.

Por outro lado, o Brasil deveria ter maior interesse em agregar valor localmente, tanto por questões fiscais quanto pela geração de empregos. Esse cenário reflete um evidente conflito de interesses, que poderia ser equilibrado por uma política industrial que favorecesse a agregação de valor dentro do território brasileiro. No entanto, isso exige a construção de uma visão de longo prazo, capaz de promover consensos entre os diversos atores e instituições dos complexos agroindustriais, além de sensibilizá-los para questões sociais, trabalhistas, ambientais e de saúde pública.

Sendo assim, é indispensável que o Brasil reconstrua uma estratégia de desenvolvimento rural integrada, abrangendo questões mais amplas como a criação de empregos, o fortalecimento da diversidade social e produtiva da agricultura, a garantia de segurança alimentar e nutricional e a preservação da sustentabilidade ambiental. A formulação de políticas que conciliem essas demandas é fundamental para alinhar os interesses brasileiros, chineses e globais em um cenário econômico cada vez mais interdependente, tendo em vista que as relações entre Brasil e China, embora pareçam de natureza de dependência mútua, sinalizam um equilíbrio desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE ALHO (ANAPA). **Brasil enfrenta concorrência do alho chinês no mercado interno**. 2020. Disponível em: <https://anapa.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Foreign direct investment, net inflows (% of GDP)**: China. 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.WD.GD.ZS?locations=CN>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Foreign direct investment, net outflows (% of GDP)**: China. 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.WD.GD.ZS?locations=CN>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BAGWELL, Kyle; STAIGER, Robert W. **The economics of the world trading system**. Cambridge: MIT Press, 2002.

BAI, Ruoyun. **The Chinese presidency**: A historical and political analysis. Palgrave Macmillan, 2018.

BISPO, Scarlett Queen Almeida; MARTINS, Michelle Marcia Viana; CECHIN, Alicia. **Evolução da agricultura chinesa**: Da fome às reformas de desenvolvimento do setor. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

BOWN, Chad P. **Self-enforcing trade**: Developing countries and WTO dispute settlement. Washington: Brookings Institution Press, 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and capitalism**: 15th-18th Century. Harper & Row, 1982.

BRAMALL, Chris. **Chinese economic development**. Routledge, 2009.

BROWN, Kerry. **Xi Jinping**: The governance of China. Foreign Languages Press, 2014.

BYRD, William A.; LIN, Qingsong (eds.). **China's rural industry**: Structure, development, and reform. Oxford University Press, 1990.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, Ha-Joon. **Kicking away the ladder**: Development Strategy in Historical Perspective. Anthem Press, 2005.

CHEN, Yong; DAVIS, John. **Land use policy in China**. Springer, 2016.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; ALMEIDA, Janailson Santos de. Relações Brasil-China: as exportações do agronegócio brasileiro, questões agrárias, de segurança e soberania alimentar e dependência. **Revista Estudos do Sul Global (Dossiê "Soberania no Bicentenário da Independência")**, n. 03, fev. 2023, pp. 130-148. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/75/75>. Acesso em: 15 nov. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Safra**: Série histórica de grãos. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Comércio exterior**: Balança comercial Brasil-China - 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Comex Stat**: Sistema de estatísticas de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura ao agronegócio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

ECONOMY, Elizabeth. **The third revolution**: Xi Jinping and the new Chinese State. Oxford University Press, 2018.

ESCHER, Fabiano. A economia política do desenvolvimento rural na China: Da questão agrária à questão agroalimentar. **Revista Econômica Contemporânea**, v. 26, 2022, pp. 1-29.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John; PEREIRA, Paulo Fernando. **Drivers and implications of Chinese investments in Brazilian agribusiness**: Actors, strategies and market dynamics of the corporate food regime. Moscow: BICAS, 2017.

FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China**: A new history. Harvard University Press, 2006.

FAO. **Food security and nutrition**: Building a global narrative towards 2030. Rome: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FAO. **Global corn demand trends and projections**. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FARIA, Antônio Carlos *et al.* **Impactos ambientais e sociais do sistema CAFO**. São Paulo: Editora Universitária, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FEWSMITH, Joseph. **China since Tiananmen**: From Deng Xiaoping to Hu Jintao. Cambridge University Press, 2008.

FEWSMITH, Joseph. **Dilemmas of reform in China**: Political conflict and economic debate. M.E. Sharpe, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the State system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the Present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GAO, James Z. **Historical dictionary of modern China (1800-1949)**. Scarecrow Press, 2009.

GATT. **Ato Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais**. Marrakech, 15 de abril de 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/ursum_e.htm. Acesso em: 27 nov. 2024.

GITTINGS, John. **The changing face of China**: From Mao to market. Oxford University Press, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HSU, Immanuel C.Y. **The rise of modern China**. Oxford University Press, 2000.

HUANG, Jikun; ROZELLE, Scott. **Agricultural research, extension, and productivity in China**. World Development, 2000.

HUANG, Jikun; ROZELLE, Scott. **China's agricultural policies and their global impact**. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2020.

HUANG, Jikun; YANG, Guanghua. **Understanding recent challenges and new food policy in China**. Global Food Security, 2017.

HUANG, Jikun *et al.* **China's food security and agricultural trade**: Impacts of globalization. China Economic Review, 2007.

IPEA. **China-Brazil agricultural trade research**. Texto para Discussão – Dinte, n. 7. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11098/1/TN_Dinte_07_China_Brazil_Agricultural%20_Trade_Research.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **International economics**: Theory and policy. Boston: Pearson, 2015.

KUHN, Robert Lawrence. **How China's leaders think**: The inside story of China's past, current and future leaders. John Wiley & Sons, 2011.

LAM, Willy Wo-Lap. **Chinese politics in the era of Xi Jinping**: Renaissance, reform, or retrogression? Routledge, 2015.

LAMPTON, David M. **The politics of the Chinese military**. University of California Press, 2001.

LARDY, Nicholas R. **Agriculture in China's modern economic development**. Cambridge University Press, 1983.

LI, Xiang. **O sistema CAFO na China**: Desafios e perspectivas. Pequim: Editora da Universidade de Pequim, 2017.

LI, Xiaoyun; ASH, Robert; BROWN, Charles. **China's changing economy**. Routledge, 2012.

LI, Xue. **O sistema de contrato empresa-produtor na China**: Dinâmicas e impactos no agronegócio. Pequim: Editora da Universidade de Pequim, 2017.

LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MACFARQUHAR, Roderick; SCHOENHALS, Michael. **Mao's last revolution**. Belknap Press, 2006.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge University Press, 2003.

MCMICHAEL, Philip. **Food regimes and agrarian questions**. Halifax: Fernwood Publishing, 2013.

MELLOR, John W. **Agricultural development**: Principles, patterns, and policies. Ithaca: Cornell University Press, 1966.

MEISNER, Maurice. **Mao's China and after**: A history of the People's Republic. Free Press, 1999.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Dados sobre exportação de soja e derivados**. Disponível em: www.gov.br/agricultura. Acesso em: 15 nov. 2024.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy**: Adaptation and growth. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **National data**. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>. Acesso em: 02 nov. 2024.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press, 1990.

OMC. **Acordo sobre têxteis e vestuário**. Disponível em: <https://www.wto.org>. Acesso em: 18 nov. 2024.

OMC. **A Rodada de Doha para o desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.wto.org>. Acesso em: 18 nov. 2024.

OMC. **História do sistema multilateral de comércio**. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/history_e/history_e.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

PAULINO, Luís Antonio. **China**: A procura do caminho para o desenvolvimento. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Marília). 2017.

PEARSON, Charles J. **Introduction to agronomy**: Food, crops, and environment. Belmont: Thomson Delmar Learning, 2007.

PEI, Minxin. **China's trapped transition**: The limits of developmental autocracy. Harvard University Press, 2006.

PERKINS, Dwight H. **China's economic transformation**. Wiley, 2012.

PIRES, J. R. **Comércio internacional e negociações da OMC**. São Paulo: Atlas, 2018.

POLANYI, Karl. **The great transformation**: The political and economic origins of our time. Beacon Press, 1944.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAGIN, Charles C. **The comparative method**: Moving beyond qualitative and quantitative strategies. University of California Press, 1987.

RISKIN, Carl. **China's political economy**: The quest for development since 1949. Oxford University Press, 1987.

SCHNEIDER, Gilberto Rodrigues *et al.* **Desafios do agronegócio chinês**: O papel dos sistemas de confinamento. Rio de Janeiro: Editora Agrícola, 2016.

SCHNEIDER, Mark; SHARMA, Sukhdeep. **China's pork miracle?** Agribusiness and development in China's pork industry. Washington: Institute for Agriculture and Trade Policy, 2014.

SCHNEIDER, Mindi. Developing the meat grab: China's food security and the global land grab. **Journal of Peasant Studies**, 2014.

SHARMA, Shweta. **The need for feed**: China's demand for industrialized meat and its impacts. Washington: Institute for Agriculture and Trade Policy, 2014.

SHIRK, Susan L. **China**: Fragile superpower. Oxford University Press, 2007.

SMITH, John Robert. **A crescente demanda por carne e os impactos do modelo CAFO**. Xangai: Editora de Ciências Agrícolas, 2018.

SPENCE, Jonathan D. **The search for modern China**. W.W. Norton & Company, 2013.

STEDILE, João Pedro. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEIWES, Frederick C. **Politics at the "core"**: The political circumstances of Mao Zedong, Deng Xiaoping and successor leadership. ANU Press, 2007.

THORSTENSEN, Vera Helena. **China**: Líder das exportações mundiais e também membro da OMC: Desafios e oportunidades para o Brasil. 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/de9c64b9-f940-414a-a0ff-b384a15259b2/content>. Acesso em: 12 nov. 2024.

TIXILISKI, Giacomo Otavio. Padrões e interconexões do setor agrícola do Brasil e da China nos regimes alimentares internacionais. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 67, ago. 2023, pp. 57-72. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/131156/89481> Acesso em: 12 nov. 2024.

TSANG, Steve. **China under Hu Jintao**: Opportunities, dangers, and dilemmas. The China Quarterly, 2009.

USDA. **China's corn market and implications for global trade**. 2023. Disponível em: <https://www.usda.gov>. Acesso em: 15 nov. 2024.

VOGEL, Ezra. **Deng Xiaoping and the transformation of China**. Harvard University Press, 2011.

WANG, Hui. **Agricultura contratada e integração do agronegócio na China**. Xangai: Editora de Comércio Internacional, 2019.

WANG, Yi. **Jiang Zemin and the three represents**: A new era for the Chinese communist party. East Gate Book, 2003.

WESTAD, Odd Arne. **The cold war**: A world history. Basic Books, 2017.

XU, Xiuli *et al.* **China's food security and global food governance**. Springer, 2020.

YUAN, Longping. **China's agricultural modernization and food security**: The hybrid rice program. Chinese Academy of Agricultural Sciences, 1997.

ZHANG, Yanqing. **Segurança alimentar e sustentabilidade no sistema de produção de carne intensiva**. Pequim: Editora de Estudos Agrícolas, 2019.

ZHANG, Yong. **A modernização do agronegócio chinês**: O papel do contrato empresa-produtor. Xangai: Editora de Ciências Agrícolas, 2016.

ZHOU, Li. **Agricultura contratada e a transformação do setor agrícola na China**. Pequim: Editora de Estudos Econômicos, 2018.

ZHOU, Li. **Food security and sustainable agriculture in China**. Routledge, 2016.

ZUDOK, Vladislav. **A failed empire**: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev. University of North Carolina Press, 2007.

ZWEIG, David. **Internationalizing China**: Domestic and global challenges. Cornell University Press, 1997.